

CAPÍTULO II

Racionalização, Modernização e suas Extensões:

Abordagens Teóricas e Conceituais

O processo de desenvolvimento do mundo que costumamos designar como processo de modernização tem, de certo modo, sido caracterizado como um complexo conjunto de mudanças que se difunde em formas e mecanismos diferenciados e se projetam por toda a sociedade. Os efeitos da modernização sobre essa última, logo encontraram, nos observadores sociais, a sua descrição como um processo dialético, entendido como uma verdade ou uma história em vias de realização.

Assim, Marx entendeu a modernização como o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, da mudança das relações sociais de produção, bem como também com o desenvolvimento e o avanço do progresso técnico-científico ao longo do tempo.

De modo análogo a esse, retomando suas conclusões, um outro importante pensador da modernidade da sociedade, Max Weber, a concebe, também, como uma transformação oriunda de um processo de desencantamento e de racionalização da sociedade. Através do uso de uma racionalidade formal (*zweckrationalität*) constituiria a especialização da economia capitalista e do Estado moderno, tendo como apoio a instituição de uma estrutura central de ação, a burocracia.

Mais adiante, já no seio da modernidade e da sociedade industrialmente desenvolvida, os teóricos da Escola de Frankfurt vão perceber o caráter contraditório da conquista racional do mundo e do projeto de modernidade. Essa última, entendida

como a extensão da racionalidade científica e técnica, vai conseguir o feito de converter o homem, através da dominação, num escravo de sua própria técnica. A racionalização observada por Weber justificaria as práticas de dominação como necessárias ao progresso e ao desenvolvimento social, ocultando os verdadeiros interesses da classe dominante.

Na dianteira do pensamento contemporâneo e, inserido no contexto da discussão da modernidade para a pós-modernidade, Habermas, conjugando e, de certo modo, reproduzindo criticamente a visão desses predecessores, vai entender a modernização nos moldes weberianos da racionalidade, indagando a convergência entre racionalização e modernidade. Assim, o projeto da modernidade é dotado de uma razão instrumental que visa estabelecer os meios para se alcançar um fim determinado. Logo, o desenvolvimento técnico, e a ciência voltada para a aplicação técnica, que resultam dessa razão, acarretam a perda da autonomia do próprio bem, submetido igualmente às regras de dominação técnica do mundo natural.

A síntese dos pensamentos acima descritos, mesmo considerando toda a pluralidade e multiplicidade interpretativa a que os críticos sociais são acometidos, demonstra que os autores tem como ponto comum o fato de que o processo de modernização, associa-se, dentre outros possíveis fatores, ao progresso técnico e científico das sociedades¹. Embora esse progresso por vezes queira significar a própria destruição de sua entidade criadora, é ele quem vai identificar a forma pela qual as sociedades se criam, se desenvolvem, se transformam e se recriam ao longo do tempo. A esse processo de transformação das sociedades faz-se acompanhar, também, toda uma racionalidade norteadora, em seu sentido mais amplo, bem como o desenvolvimento de formas operacionais dessa mudança racional, a qual entendemo-la como racionalização. É essa última que vai se constituir como o esforço necessário para o impulso da modernização dessas sociedades. Em outras palavras, todo processo de modernização, mesmo que entendido pelo ângulo do progresso técnico, é fruto de um processo de racionalização de suas estruturas sociais em toda a sua amplitude. E, nesse sentido, “(...) a racionalização tem sido a força decisiva no mundo moderno. O seu progresso no âmbito da conduta, da empresa, da organização, da tecnologia, da lei

¹ cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência como Ideologia (1968). In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; & HABERMAS, J. Textos Escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores, Vol. 48). pp. 303-33.

e da ciência tem resultado no profundo desencantamento do cosmos que caracteriza a nossa época”².

Nesse sentido, esse capítulo tem pois, como objetivo, discorrer sobre esse fenômeno que caracteriza a força de modernização de nossa sociedade, visto nos seus aspectos teóricos e conceituais. Para tal, procedemos a uma discussão acerca das diferentes visões da racionalização, destacando a importância e relevância das principais contribuições teóricas para o nosso debate.

* * *

II.1 – A Racionalização: Visões e Discussões sobre a Alavanca da Modernidade

Conforme pudemos perceber - ainda que de modo muito breve - nas posturas intelectuais dos teóricos sociais de natureza crítica, a racionalização, vista sob o prisma conceitual *geral*, tem sido um conceito fundamental para se entender todo o desenvolvimento social e o progresso técnico das sociedades, bem como o projeto de modernidade no qual nos inserimos.

De acordo com o observado por Rogers Brubaker, esse conceito é extremamente complexo e de difícil definição, ou mesmo impossível³. Max Weber, o grande teórico da racionalização de nossa era moderna, o percebeu como um conceito fartamente ambíguo, capaz de englobar todo um mundo de coisas diferentes. Assim, a sua ambigüidade equiparar-se-ia à dos conceitos afins de razão, racionalidade e racionalismo.

Em uma outra perspectiva, o mesmo Brubaker, visando clarificar essa polêmica, descreve que dois grupos de significado, podem, contudo, ser identificados, refletindo o que se poderia chamar de concepções *especial* e *geral* de racionalização.

² BENJAMIN, Nelson. On Orient and Occident in Max Weber. In: Social Research, Spring, New York, 1976. p. 117.

Ainda sim poder-se-ia identificar uma terceira concepção, ligada à psicologia, e sem vinculação com as duas primeiras, ou seja, a racionalização tratada como explicação ou justificação falsa ou egoísta das crenças ou práticas de um indivíduo ou grupo.

Assim, a concepção *especial* de racionalização tem um quadro bastante específico, referindo-se de modo restrito ao domínio econômico das empresas. De um modo geral é utilizada para caracterizar e promover o desenvolvimento de novas instâncias de coordenação, integração, padronização e planejamento interfirmas, por um lado, e a sistemática exploração institucionalizada da pesquisa, conhecimentos, técnicas, métodos e atitudes científicas na produção, administração, distribuição, finanças, por outro.

Em sua outra versão, a concepção geral de racionalização tem um quadro de referência mais amplo e tende a englobar o primeiro conceito, ou seja, a concepção *especial* acaba por ser uma conseqüência da própria concepção *geral*. De um modo geral ela é percebida como uma ampla concepção civilizatória da racionalização. Assim, suas forças, ou molas mestras – ciência e tecnologia, mercados e burocracias, disciplina e autodisciplina – são entendidas como algo que impregna todas as esferas da vida: a cultura, a sexualidade e a própria personalidade, tanto quanto a produção, a guerra, o direito e a administração⁴. É essa definição geral do conceito que vai estabelecer as bases teórico conceituais do fenômeno em toda a sua totalidade.

Assim sendo e, de modo a estabelecer um consenso final sobre esse conceito procuraremos discorrer as suas principais contribuições teóricas e conceituais,

³ cf. BRUBAKER, William Rogers. Racionalização. In: OUTHWAITE, William; & BOTTOMORE, Tom (Eds.). Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996. pp. 641-2.

⁴ Par um maior aprofundamento sobre a questão, veja-se: WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 5ª edição. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1987; WEBER, Max. Economia y Sociedad. segunda edición, séptima reimpresión. México - D. F., Fondo de Cultura Económica, 1984; GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Organização e Introdução). Max Weber: Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão Técnica de Prof. Fernando Henrique Cardoso. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974; BRADY, R. The Rationalization Movement in German Industry. Berkeley, University of California Press, 1933; FOURGEAUD, André. La Rationalisation: États-Unis – Allemagne – Essai de Synthèse Doctrinale. Paris, Payot, 1929; BRUBAKER, Rogers. The Limits of Rationality: An Essay on the Social and Moral Thought of Max Weber. London, Allen & Unwin, 1984; HABERMAS, Jürgen. The Theory of Communicative Action. Boston, Beacon Press, 1984. 2 vols. (Volume I – Reason and the Rationalization of Society; Volume II – Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason); HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. Rio de Janeiro, Labor, 1976; LEVINE, Donald N. Rationality and Freedom, Inveterate Multivocals. In: LEVINE, Donald N. In the Flight from Ambiguity: Essays in Social and Cultural Theory. Chicago, University of Chicago Press, 1985.

mostrando como cada autor, em épocas e contextos distintos, o interpretou e o associou à sua realidade e contexto histórico.

II.1.1 – Karl Marx: Forças Produtivas e Alienação

Um dos primeiros teóricos do mundo capitalista ocidental a perceber e colocar em discussão, além de esboçar a compreensão da sistemática do processo de racionalização em nosso mundo moderno em relação ao mundo produtivo e do trabalho foi, sem dúvida nenhuma, Karl Marx.

Muito embora o fato que em toda a extensão de sua obra não encontramos uma referência explícita ao termo *racionalização* enquanto um dos mecanismos propulsores da modernidade, Marx deixa transparecer a idéia que esse é um conceito que se associa à dinâmica do progresso técnico do capitalismo. Conforme destacou Habermas, Marx concebia o movimento de evolução das sociedades essencialmente sob o ângulo do progresso das forças produtivas, ou seja, do conjunto dos meios acumulados que fazem crescer nosso poder de dispor tecnicamente das coisas. Assim Marx considerava que a racionalização social, tal como aquela que se desenvolveu na era moderna, operava imediatamente no desenvolvimento das forças produtivas, na extensão do saber empírico, na melhoria das técnicas de produção, bem como também na eficácia crescente da mobilização da justificativa e da organização da força de trabalho socialmente utilizável⁵.

Nitidamente marcado pelo viés evolucionista das forças produtivas da sociedade, o pensamento marxista acerca da racionalização é, de certo modo, bastante alimentado pela noção de determinismo econômico. Desse modo, a racionalização, para Marx, é um conceito estabelecido ao nível da lógica do trabalho e volta-se, de modo único e exclusivo, ao estudo da racionalidade técnico-estratégica, fundamentalmente ligada a uma atividade de natureza instrumental.

⁵ cf. HABERMAS, J. *op. cit.*, 1984. Volume I. p. 144.

Tal como observou Ferry, ao explorar a racionalização, Marx, “via nessa lógica do trabalho um processo de desdobramento, através (do viés) das formas de organização social diversas, de um princípio trans-histórico da evolução social”.⁶

No bojo de sua teoria materialista da história Marx, ao esboçar os contornos da sociedade e da história, bem como a dinâmica do sistema capitalista de produção, deixa transparecer a existência de uma racionalidade própria, bem como de mecanismos de impulsão, ou de racionalização, da dinâmica do sistema. Nesse sentido, tal como percebeu, “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”⁷.

Assim, o desenvolvimento histórico das sociedades é, segundo o autor, explicado pela decorrência de quatro elementos ou formas fundamentais do materialismo histórico, conceitos esses que ele os denomina de a) meios de produção; b) relações de produção; c) modo de produção; e, d) forças produtivas.

Os meios de produção, para Marx, dizem respeito as coisas do mundo externo que são utilizadas para suprir as necessidades humanas básicas e manter a existência do homem. Destacam-se o conjunto formado pelos meios de trabalho e pelo objeto de trabalho. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção (ferramentas, máquinas, etc.), as instalações (edifícios, silos, armazéns, etc.), as diversas formas de energia e combustível e os meios de transporte. O objeto de trabalho é o elemento sobre o qual ocorre o trabalho humano, ou seja, a terra, as matérias-primas, as jazidas minerais e outros recursos naturais. Marx acreditava que todos os seres humanos devem empregar os meios de produção de modo a garantir o cumprimento de suas necessidades econômicas básicas. Todavia, segundo o autor, o que se observa

⁶ FERRY, J. M. Max Weber ou Jürgen Habermas. *Administration Rationnelle ou Politique Raisonnable? In: Politique, Raison et Dérison, Raison Présente*. 3^{ème} Trimestre. Paris, 1982. pp. 57-75. p. 62.

⁷ MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política [1859]. In: MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros Textos Escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Carlos Bruni (et al.). 4^a edição. São Paulo, Nova Cultural, 1987. pp. 29-30.

historicamente é que somente uma classe de pessoas tem exercido a propriedade e o monopólio dos meios de produção, condição essa que, forçosamente, leva a sociedade a uma divisão em classes econômicas distintas⁸. Marx via essa divisão em termos da propriedade e da não-propriedade dos meios de produção. Somente uma classe seria possuidora dos meios de produção, ao passo que as demais seriam por essa dominadas. A classe dos não possuidores dos meios de produção estaria na ordem dos produtores do trabalho físico, cuja principal característica distintiva seria a sua inabilidade para obter livre acesso aos meios de produção como forma de satisfazer as suas necessidades materiais.

As relações de produção, por sua vez, designariam o conjunto de relações econômicas que se estabelecem entre os homens, independentemente de sua consciência e de sua vontade, no processo de produção e reprodução de sua vida social. No capitalismo, observa Marx, a relação de produção fundamental é a que ocorre entre capitalistas (compradores da força de trabalho) e trabalhadores assalariados ou proletários (vendedores da força de trabalho). A base das relações de produção está nas relações de propriedade sobre os meios de produção. O caráter das relações de produção depende de quem sejam os proprietários dos meios de produção e de como se realizam a união desses meios com os produtores diretos. As relações de produção se desenvolvem diretamente vinculadas e em dependência recíproca das forças produtivas da sociedade. É nesse sentido pois, que Marx observa o capitalismo como uma revolução contínua dos instrumentos de produção e das relações de produção, uma vez que “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais... O contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-

⁸ MARX, Karl.; & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução de J. C. Bruni e M. A. Nogueira.

se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas; indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial”⁹.

Um outro conceito, o de modo de produção, é visto por Marx como o conjunto das forças produtivas e das relações de produção de uma determinada sociedade. Embora esse conceito não fosse tão bem elucidado por Marx, o autor inicialmente utiliza o termo com a intenção de identificar os elementos primários de um determinado estágio histórico de produção e, em específico, a forma como a base econômica da sociedade tende a moldar as suas relações sociais. Assim, tal como percebeu, a história passa a ser vista como uma sucessão de modos de produção, visto que “as relações sociais estão estritamente ligadas às forças produtivas. Ao conquistarem novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção; e ao mudarem o seu modo de produção eles mudam sua forma de subsistência e todas as suas relações sociais. O moinho manual gera uma sociedade com o senhor feudal; o moinho a vapor, uma sociedade com o capitalista industrial”¹⁰. Muito embora Marx deixe transparecer a existência de um determinismo das tensões internas do modo de

São Paulo, Grijalbo, 1977. pp. 8-13.

⁹ MARX, Karl; & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis, Editora Vozes, 1988. pp. 69-70.

¹⁰ MARX, Karl. Miséria da Filosofia. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo, Editora de Ciências Humanas, 1982. p. 109.

produção, isto é, um determinismo das relações de produção pelas forças produtivas, ele rejeita essa idéia de causalidade simples. De modo contrário, ele acredita no modo de produção capitalista como uma espiral ascendente, no qual as relações de produção e as forças produtivas se transformam, embora de forma contraditória, de modo a garantir a evolução do modo de produção. Em um outro momento de sua análise do modo de produção, embora visto por um outro ângulo, Marx acreditava que a divisão da sociedade em proprietários e não-proprietários dos meios de produção constituía-se como uma lei do desenvolvimento histórico e, desse modo, os diferentes estágios produtivos (modos de produção antigo, feudal e capitalista) tenderiam a perpetuar a sociedade em classes, na qual uma seria dominante sobre a outra; a perpetuar a desigualdade econômica, política e social; e, também pelo fato de que em cada sociedade, as relações sociais desiguais seriam sustentadas pela religião, pela lei e pela estrutura política.

Finalmente, o último conceito de sua análise materialista da história diz respeito as chamadas forças produtivas. Marx identifica essas como as forças naturais (aí incluído o próprio homem) apropriadas pelo homem para a produção e reprodução de sua vida social. Assim, as forças produtivas abrangem os meios de produção e a própria força de trabalho. A parte material das forças produtivas, isto é, os instrumentos de trabalho e os meios de trabalho, constituem a base material e técnica da sociedade. Por outro lado, a principal força produtiva, no entanto, é o próprio homem, que cria instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos, aperfeiçoa seus objetos de trabalho, e combina ambos no sentido de ampliar constantemente a produção. Como resultado direto desse esforço, as forças produtivas tendem a crescer de modo dinâmico e constante. É nesse sentido pois, que o autor identifica o modo de produção capitalista como um processo de intercâmbio universal e de desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que “o período burguês da história está chamado a assentar as bases materiais de um novo mundo: a desenvolver, de um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua do gênero humano, e os meios para realizar esse intercâmbio; e de outro, desenvolver as forças produtivas do homem e transformar a produção material num domínio científico sobre as forças da natureza. A indústria e o comércio burgueses vão criando essas condições de um novo mundo do mesmo modo que as revoluções geológicas criavam a superfície da

Terra”¹¹. Visto dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria, e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta de novas formas de energia, as novas formas de educação dos trabalhadores, e os novos avanços da ciência. Com relação a este último ponto, a ciência, Marx percebe haver um desenvolvimento progressivo, isto é, um processo de constante metamorfose, fazendo essa se converter em técnica, e essa última em uma importante força produtiva, pois “se o processo produtivo torna-se esfera de aplicação da ciência, então... a ciência torna-se um fator, uma função, do processo produtivo. Cada descoberta converte-se na base de novos inventos, ou de um novo aperfeiçoamento das formas de produção. O modo capitalista de produção coloca desde o início as ciências naturais a serviço imediato do processo de produção, ao passo que o desenvolvimento da produção oferece, em troca, os instrumentos para a conquista teórica da natureza. A ciência alcança o reconhecimento de ser um meio de produzir riqueza, um meio de enriquecimento. Desta maneira, os processos produtivos apresentam-se pela primeira vez como problemas práticos, que somente podem ser resolvidos cientificamente. A experiência e a observação (e as necessidades do próprio processo produtivo) alcançam agora, pela primeira vez, um nível que permite e torna indispensável o emprego da ciência... O desenvolvimento das ciências naturais (que também formam a base de qualquer conhecimento), como o de qualquer noção (que se refira ao processo produtivo) realizam-se, por sua vez, com base na produção capitalista que, pela primeira vez, oferece em ampla medida às ciências os meios materiais de pesquisa, observação e experimentação. Os homens de ciência, na medida em que as ciências são utilizadas pelo capital como meio de enriquecimento e, portanto, convertem-se elas mesmas em meios de enriquecimento, inclusive para os homens que se ocupam do desenvolvimento da ciência, competem entre si nos intentos de encontrar uma aplicação prática da ciência”¹².

Assim, no modo de produção capitalista, percebe-se que seu fundamento natural é o jogo das forças produtivas liberadas com o declínio do feudalismo e de seus movimentos dele decorrentes, tais como a intensificação dos processos de acumulação, a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento intensivo e

¹¹ MARX, Karl. Futuros Resultados do Domínio Britânico na Índia. In: MARX, Karl; & ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo, Edições Sociais, 1977. 3 vols. p. 297.

extensivo da produção, da distribuição, da troca e do consumo. As forças produtivas básicas, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, e o planejamento, dentre muitas outras, entram em contínua e ampla conjugação, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva, ultrapassando de forma voraz as muitas fronteiras geográficas e históricas, os regimes políticos, os modos de vida, e as mais diversas culturas e civilizações. As forças produtivas, compreendidas sempre como forças sociais, encontram-se o tempo todo em interação dinâmica. A feroz competição entre os capitais, a busca de novos processos e modelos produtivos, a conquista de outros mercados, bem como a procura incessante de lucros provocam a dinamização dessas forças e a forma pela qual elas se combinam e se aplicam nos mais diversos setores de produção, nas mais diferentes nações e regiões do mundo.

Logo, segundo a lógica dessa dinâmica, nesse modo de produção capitalista “da mesma forma que o método de produção e os meios de produção são constantemente ampliados, revolucionados, assim também a divisão do trabalho necessariamente provoca maior divisão do trabalho, o emprego de maquinaria provoca maior emprego de maquinaria, o emprego de trabalho em ampla escala provoca o emprego de trabalho em escala ainda mais ampla. Esta é a lei que continuamente empurra a produção capitalista além dos seus velhos limites e compele o capital a mobilizar sempre mais forças produtivas de trabalho, pela mesma razão que ele já as mobilizou anteriormente. (...) Portanto, se compreendermos esta agitação febril como ela opera no mercado mundial como um todo, estaremos em condições de compreender como o crescimento, a acumulação e a concentração do capital trazem consigo uma cada vez maior renovação das velhas máquinas e uma constante aplicação de novas máquinas: um processo que segue ininterruptamente, com uma velocidade febril e em uma escala cada vez mais gigantesca”¹³.

É assim, pois, que Marx percebe o contexto em que se desenvolve o capitalismo. À medida que se liberam e agilizam as forças produtivas, juntamente com as relações de produção demarcando as condições de liberdade do capital e da força de trabalho, intensifica-se e generaliza-se a reprodução ampliada do capital. É nesse sentido que essa força se predispõe a colonizar o mundo, rasgando fronteiras e

¹³ MARX, Karl. *Progreso Técnico y Desarrollo Capitalista*. Tradução de Raul Crisafio e Jorge Tula. Mexico, Ediciones Pasado y Presente, 1982. pp. 191-3.

projetando-se no universo. “Enquanto que o capital, por um lado, deve tender a destruir toda barreira espacial oposta ao comércio, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar toda a Terra como um mercado, por outro lado tende a anular o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais extenso é, portanto, o mercado em que circula, mercado que constitui a trajetória especial de sua circulação, tanto mais tende simultaneamente a estender o mercado e a uma maior anulação do espaço através do tempo. (...) Aparece aqui a tendência universal do capital, o que o diferencia de todas as formas anteriores de produção”¹⁴

Na percepção de Marx, o desenvolvimento das forças produtivas representava um potencial libertador, do mesmo modo que a técnica e a ciência tornavam-se, por si mesmas, o meio e o elemento da repressão social. É assim que considerava que o processo de racionalização, brutalmente intensificado pela revolução industrial era, em um certo sentido, devastador, destruidor das velhas tradições.

Não obstante essa visão progressista das forças produtivas, Marx desenvolvia em paralelo uma visão negativa com respeito ao desenvolvimento dessas forças. Ele acreditava na existência de uma verdadeira relação contraditória entre as forças produtivas e as relações de produção. Em outras palavras, o autor quer demonstrar que em determinada etapa de desenvolvimento da sociedade, as relações de produção se convertem num freio para o avanço das forças produtivas. Entre as relações de produção e as forças produtivas surge então uma contradição cujo desenlace se daria no âmbito da revolução social e da passagem para um modo de produção mais desenvolvido. Assim, tal como observou, “em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social. Com

¹³ MARX, Karl. Wage-Labour and Capital: Value, Price and Profit. New York, International Publishers, 1975. pp. 33-44. Edição Brasileira: Salário, Preço e Lucro. São Paulo, Global, 1981.

¹⁴ MARX, Karl. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. Tradução de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scarón. Mexico, Siglo Veintiuno, 1971-1976. 3 vols. vol. 2, pp. 30-1.

a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez”¹⁵

No modo de produção capitalista, o autor explica essa contradição pelo argumento de que as relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. Logo, nesse modo de produção, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. Assim, os trabalhadores não dispõem, certamente, do controle sobre esses meios de produção e, portanto, não detêm a propriedade econômica dos frutos de seu trabalho. De um modo mais geral, Marx acredita que essa contradição tem o poder de atuar como um verdadeiro motor da história, sendo mesmo capaz de explicar sua existência como uma sucessão de modos de produção, uma vez que esse movimento contraditório leva ao colapso necessário de um modo de produção e à sua substituição por outro. A supressão da propriedade privada capitalista e o estabelecimento da propriedade socialista, para o autor, constituiriam um exemplo da superação dessa contradição entre as relações de produção.

Em uma fase mais avançada de seu pensamento - especificamente aquela da maturidade, na qual lida com a análise da instituição econômica das sociedades¹⁶ - Marx, ao analisar a *fisiologia* do modo capitalista de produção observa muitas situações nas quais denota a existência de uma racionalidade técnica e estratégica que lhe é bastante peculiar. Em outras palavras, o autor contempla e analisa o desenvolvimento de um esforço racionalizador específico do capitalismo ao longo da história. Ao apoiar sua análise sobre o objeto do trabalho humano ele se interessa em demonstrar as relações que aí se estabelecem entre o homem e a natureza e as diferentes formas de divisão do trabalho e de seu papel na história. De forma mais explícita, ele deseja mostrar as diferentes formas de racionalização que o modo capitalista de produção coloca em prática de modo a aumentar a eficácia de seu

¹⁵ MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política [1859]. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros Textos Escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Carlos Bruni (et al.). 4ª edição. São Paulo, Nova Cultural, 1987. pp. 29-30.

¹⁶ cf. MARX, Karl.; & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução de J. C. Bruni e M. A. Nogueira. São Paulo, Grijalbo, 1977; MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política [1859]. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros Textos Escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Carlos Bruni (et al.). 4ª edição. São Paulo, Nova Cultural, 1987; MARX, Karl. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. Tradução de José Aricó, Miguel Murmis e Pedro Scarón. Mexico, Siglo Veintiuno, 1971-

sistema produtivo. Assim, ao investigar o plano social, ele se concentra na observação e na análise da utilização combinada das formas de concorrência entre os trabalhadores, de cooperação e de divisão do trabalho, ao passo que no plano da técnica, ele vai centrar sua atenção na mudança ou no progresso da base técnica, na intensificação do trabalho e na conseqüente exclusão da força de trabalho da esfera da produção.

Com relação ao primeiro plano da racionalização, isto é, o social, ao estudar a divisão do trabalho Marx a definiu como um princípio natural de organização do trabalho nas sociedades e uma condição necessária para a produção das mercadorias. Desse modo a divisão do trabalho constitui-se como uma atividade que acompanha a existência do homem nos diferentes modos de produção. Visto pelo ângulo da dialética, o autor vai perceber a evolução das sociedades e o papel desempenhado pela divisão do trabalho nas transformações das formas de propriedade e na transição de um modo de produção a outro. Dado o caráter complexo que a divisão do trabalho apresenta no modo de produção capitalista, Marx propõe sua observação sob dois ângulos distintos: um sob o ponto de vista macro-sociológico, composto pela divisão social do trabalho; e, outro sob o ponto de vista micro-sociológico, completado pela divisão técnica ou divisão detalhada do trabalho (parcelização das tarefas). Assim, para o autor essa divisão social do trabalho constitui-se como um fenômeno que persiste em todas as sociedades, onde a atividade do trabalho se faz presente. Ao observar as diferentes formações históricas da humanidade Marx destaca essa tendência como uma condição originária das trocas entre as esferas de produção distintas e independentes umas das outras. Para ele, toda a história da humanidade é realizada através dessa troca de excedentes entre o artesanato e a agricultura ou entre a cidade e o campo, a qual acelera o processo de divisão social do trabalho. Por um lado, as trocas desencadeiam toda uma sorte de novos desenvolvimentos produtivos, fatos estes que fazem com que as especializações no trabalho sejam aumentadas de modo a tornar o trabalho mais eficaz. Por outro lado, a separação e a oposição entre campo e cidade desencadeia a necessidade de uma organização mais complexa, a qual vai multiplicar as novas funções sociais até o ponto de dividir a sociedade em classes¹⁷. Assim segundo Marx, cada período histórico, bem como a sua natural

1976. 3 vols.; MARX, Karl. O Capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Livro I, Volumes I & II.

¹⁷ cf. MARX, Karl. A Ideologia Alemã. *op. cit.*. p. 36.

superação, traduz a evolução de uma nova divisão social do trabalho que o acompanha: no feudalismo, nas cidades a separação das funções comerciais e das funções industriais constitui um novo grau na divisão social do trabalho; no início da manufatura, o surgimento de uma força de trabalho aliada a uma melhoria da agricultura e das pastagens delineia a formação de uma mão-de-obra agrícola; na grande indústria, a sua criação reforça uma nova divisão social e técnica do trabalho. No capitalismo, com o seu desenvolvimento natural, as coisas produzidas pela sociedade são gradualmente convertidas em mercadorias e, conseqüentemente, desponta uma divisão do trabalho no processo de produção dessas mesmas que vai interagir com uma divisão social do trabalho aí existente. Em outras palavras, na divisão social do trabalho os diferentes produtores individuais criam as mercadorias que eles mesmos se ocupam de trocá-las, ao passo que os trabalhadores da grande indústria capitalista não produzem mais somente as mesmas mercadorias, pelo contrário, a sua força de trabalho, o seu produto coletivo, torna-se uma mercadoria.

Com respeito a segunda forma de divisão do trabalho, ou seja, a divisão técnica do trabalho, Marx vai identificá-la como um princípio motor do desenvolvimento da racionalização na sociedade capitalista. Ao observar a manufatura dos séculos XVIII e XIX ele demonstrava que a atividade compreendia dois tipos de divisão do trabalho: uma caracterizada pela reunião dos diversos artesãos sob um único teto e divididos em suas habilidades específicas e, uma outra caracterizada pela divisão e parcelarização das tarefas no processo de fabricação. Assim, com relação a essa última forma, o autor vai concluir que esse tipo de divisão técnica é que vai definitivamente impulsionar o progresso da indústria, pois é fundamentalmente através dessa parcelarização das operações levada a cabo pela manufatura que faz com que ela aumente de modo considerável a eficácia do trabalho. Logo, quanto maior a simplificação das tarefas, cada vez menor será o tempo que o trabalhador despenderá sobre a atividade de fabricação, aumentando assim, de modo considerável, o rendimento dos trabalhadores ou, em outras palavras, da produtividade do trabalho. Em sua grande obra sobre o modo de produção capitalista, Marx descreve essa parcelarização do trabalho como um agente de redução da porosidade da jornada de trabalho e da supressão dos tempos mortos no processo de produção: “um artífice que executa, uma após outra, as diversas operações parciais da produção de uma mercadoria, é obrigado ora a mudar de lugar, ora a mudar de ferramenta. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho e forma por assim

dizer lacunas em seu dia de trabalho. Essas lacunas somem quando executa o dia inteiro continuamente uma única operação, ou desaparecem na medida em que diminuem as mudanças de operação. O acréscimo de produtividade se deve então ao dispêndio crescente da força de trabalho num dado espaço de tempo, isto é, à intensidade crescente do trabalho, ou a um decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho”¹⁸. Para o autor, esse princípio de divisão técnica do trabalho constitui-se de extrema e monstruosa importância para o desenvolvimento do processo capitalista de produção na medida em que é capaz de segmentar o coletivo de trabalhadores, limitando a extensão de seu campo de ação coletiva. Por outro lado, observa, esse princípio racionalizador permite ao capitalista selecionar as faculdades operárias de acordo com as necessidades da produção, fazendo de cada trabalhador um trabalhador coletivo tal qual uma *máquina humana*, na qual cada trabalhador torna-se um organismo infalível capaz de agir segundo os moldes da regularidade de um componente maquinal¹⁹. Ainda, a simplificação crescente da atividade do trabalho impõe a redução ampliada das necessidades de aprendizagem e de treinamento dos trabalhadores, fazendo deste modo com que a mais-valia aumente, uma vez que a força de trabalho perde seu valor devido a redução ou ao desaparecimento dos custos de formação que compõem o tempo socialmente necessário da força de trabalho na produção.

Um outro aspecto do plano social que diz respeito o processo de racionalização do trabalho observado por Marx, é aquele da cooperação. Embora vista como uma condição naturalmente contraditória ao processo de divisão do trabalho, ele a entendia como o seu corolário, sua consequência lógica. Ao distinguir a cooperação simples (aquela encontrada na manufatura) da cooperação complexa (aquela da grande indústria), ele percebe que os princípios que regem a segunda encontram-se fundados na primeira, ou seja, além do aumento das forças produtivas individuais cria-se, pelo meio da cooperação uma nova força, operando como uma força coletiva. Na medida em que, na grande indústria, o capitalista reúne os trabalhadores sobre um único coletivo de trabalho ele também consegue uma significativa redução do custo das mercadorias produzidas. Assim, uma vez que ela opera no sentido de uma diminuição do custo da força de trabalho e de um aumento da mais valia relativa, ela também concorre para o aumento da taxa de lucro uma vez que ao evitar a dispersão

¹⁸ MARX, K. *O Capital*. *op. cit.* I, vol. I. Cap. XII, p. 391.

dos trabalhadores, ela reduz o montante de capital constante que é empregado no processo.

Como um princípio mais geral da racionalização, Marx observa que a cooperação é um instrumento capaz de transformar a eficácia do trabalho individual. Ela transforma as capacidades individuais de trabalho em um trabalhador coletivo cuja eficácia é evidentemente muito maior do que a soma das eficácias individuais. Por outro lado, para o capitalista, além de seus inúmeros benefícios ele percebe que esse efeito cooperação não lhe encarrega de nenhum ônus, visto que ele apenas remunera a força independente de trabalho e não a força coletiva. A força combinada do trabalho aparece pois, como uma força produtiva pertencente, imanente ao próprio capital. Assim, tal como Marx observou, “sendo pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos isolados que entram em relação com o capital, mas não entre si. Sua cooperação só começa no processo de trabalho, mas depois de entrar neste deixam de pertencer a si mesmos. Incorporam-se então ao capital. Quando cooperam, ao serem membros de um organismo que trabalha, representam apenas uma forma especial de existência do capital. Por isso a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é a produtividade do capital. A força produtiva do trabalho coletivo desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nessas condições. Nada custando ao capital a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela por outro lado desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente do capital”²⁰.

Na outra segunda extensão de sua visão da racionalização, isto é, aquela vista pelo plano da técnica, Marx vai centrar-se à partir da análise do progresso da base técnica, na intensificação do trabalho e na conseqüente exclusão da força de trabalho da esfera da produção. Na tradição marxista, o progresso corresponderia ao grau de domínio do homem sobre a natureza, o que é determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, cujas transformações constantes determinam por sua vez a sucessão dos modos de produção. Nesse sentido pois, o modo de produção capitalista representou um progresso considerável em relação ao modo de produção feudal, pois revolucionou as forças produtivas, ampliou a divisão social do trabalho, a produtividade, quebrou os particularismos feudais e libertou o servo. Pelo

¹⁹ cf. DURAND, Jean-Pierre. La Sociologie de Marx. Paris, La Découverte, 1995. p. 41.

viés do progresso técnico, ou simplesmente pela mecanização, Marx a compreendia como um método particular de produzir a mais-valia relativa, uma vez que através da mecanização ao reduzir o custo das mercadorias, reduzia-se também o custo da força de trabalho e a parcela de trabalho paga pelo capitalista. É basicamente através desse processo de mecanização, isto é da retirada da ferramenta das mãos do trabalhador e sua atribuição a um mecanismo, uma máquina-ferramenta, que ele vai entender a evolução do processo capitalista de produção. Assim, o fundamento da revolução industrial, isto é, a passagem da manufatura à grande indústria, repousa sobre o aparecimento desse novo maquinismo, o qual vai representar não somente uma nova forma de mediação da relação homem/natureza, mas também uma nova relação de substituição de um trabalho vivo por um trabalho morto. Enquanto que na manufatura os instrumentos de produção caracterizam-se pelos implementos manuais dos trabalhadores e têm sua utilização restrita a força e a agilidade dos seres humanos, com o desenvolvimento da indústria moderna, caracterizada pelo uso da maquinaria, todas essas limitações humanas são eliminadas. Marx vê a máquina como uma combinação de mecanismo motor, mecanismo transmissor e ferramenta capaz de realizar uma operação posta em execução pelos trabalhadores, porém livre das limitações orgânicas que condicionam o manuseio de ferramentas pelo trabalhador artesanal. Todavia, as máquinas não se limitam a substituir o trabalho simplesmente nas operações que a divisão do trabalho na manufatura já havia simplificado. A dependência que a divisão do trabalho característica da manufatura está sujeita com relação à qualificação e à habilidade humanas (que Marx considera um princípio subjetivo) é substituída por um processo totalmente objetivo, caracterizado pelas relações objetivas entre o número, o tamanho e a velocidade das máquinas, e, portanto, pela continuidade da produção e pela implementação do maquinismo. A indústria capitalista usa as máquinas e, assim, cria para si uma base técnica adequada, uma organização totalmente objetiva da produção, no qual o caráter cooperativo do processo de trabalho passa a ser uma necessidade técnica e que trata o trabalhador como uma condição material de produção preexistente. Os aumentos da produtividade resultantes da cooperação e da divisão do trabalho, e que se constituem como forças do trabalho social das quais o capitalista pode apropriar-se gratuitamente, não ocorrem de forma idêntica em relação aos instrumentos de trabalho. O valor da

²⁰ MARX, Karl. O Capital. *op. cit.* I, vol. I. Cap. XI, p. 382.

máquina é transferido ao produto durante o tempo de vida econômica da máquina (que deve ser diferenciado da depreciação moral provocada pela diferença entre os tempos de vida econômica e física). Em comparação ao que acontecia na manufatura, a parcela do valor do produto que lhe é transmitida pela máquina na produção mecanizada representa uma proporção maior do valor total do produto, que é menor em termos absolutos. A produtividade da máquina é pois medida em termos da força de trabalho humana que ela substitui, ou seja, a adoção da maquinaria para baratear o produto exige que seja empregado na produção da máquina menos trabalho do que o trabalho que se torna dispensável pelo seu uso. Todavia, como o capitalista paga pela força de trabalho e não o trabalho, os limites para o uso capitalista da maquinaria são fixados pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho por ela substituída. Isso mostra que a maquinaria é destinada simplesmente a aumentar a produtividade do trabalho e, portanto, assim constitui a força propulsora da produção da mais-valia relativa.

Além da visão progressista que Marx faz da técnica - isto é, um alento ao progresso, visto que o malefício da técnica é exclusivamente dependente da forma como o trabalhador a utiliza -, ele a percebe como um instrumento de extrema importância para a realização e a valorização do capital, além de percebê-la, também, como uma poderosa forma de subordinação do trabalho ao capital e exclusão da força de trabalho.

Com relação a este último ponto, o autor ao observar as relações de trabalho na maquinaria, evidencia esta tendência: “o valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de 4 forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe da família, mas em compensação se obtém 4 jornadas de trabalho em lugar de 1, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro tem de fornecer ao capital não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver. Desse modo, a máquina ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de

exploração. Ela revoluciona radicalmente o contrato entre o trabalhador e o capitalista, contrato que estabelece formalmente suas relações mútuas. Tomando por base a troca de mercadorias, pressupuséramos, de início, que o capitalista e o trabalhador se confrontam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias, sendo um o detentor do dinheiro e dos meios de produção e o outro detentor da força de trabalho, mas agora o capital compra incapazes ou parcialmente capazes, do ponto de vista jurídico. Antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos”²¹.

A grande interpretação do autor reside no fato que a racionalização imposta pela mecanização da indústria trazia consigo o atributo de explorar radicalmente e eliminar gradualmente o trabalhador do processo de produção. Visto que as máquinas não podem produzir mais-valia por si mesmas, ela só pode ser produzida pela parte variável do capital, e a quantidade de mais valia produzida é dependente da taxa de mais-valia e do número de trabalhadores utilizados. Assim, qualquer que seja a duração da jornada de trabalho, o uso de máquina só pode aumentar a taxa de mais valia pelo barateamento das mercadorias, reduzindo com isso o valor da força de trabalho pela diminuição do número de trabalhadores empregados por um determinado montante de capital. Ou seja, o capital variável deve ser transformado em capital constante, perfazendo a dinâmica do capitalismo. Por outro lado, pelo ponto de vista da exploração, percebe-se que na medida em que a maquinaria - que é o mais poderoso meio de redução do tempo de trabalho -, torna-se, sob as relações capitalistas, o meio pelo qual a família da classe operária em seu conjunto nutre a sua sobrevivência, ela passa a constituir simplesmente tempo de trabalho à disposição do capital para a valorização deste. A força de trabalho passa a ser explorada de modo mais intensivo, uma vez que os trabalhadores perdem seus ofícios e habilitações e se vêem compelidos a trabalhar sob os ditames da máquina. A fábrica torna-se um local de disciplina rigorosa, um núcleo autocrático, que constitui um estereótipo da regulação social do processo de trabalho. Por sua vez, a ciência, a natureza e o trabalho social incorporados no sistema da maquinaria capitalista opõem-se ao trabalhador no processo de trabalho enquanto dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Em todo processo de trabalho, que é também um processo de

²¹ MARX, Karl. O Capital. *op. cit.* I, vol. I. Cap. XIII, p. 450-1.

valorização do capital, como brilhantemente observou Marx, a realidade objetiva é que *não é o trabalhador quem emprega as condições de seu trabalho, mas antes o inverso, as condições de trabalho é que empregam o trabalhador*. Ainda, em segundo lugar, na medida em que a maquinaria substitui os trabalhadores, produz um excedente de força de trabalho, um exército industrial de reserva, cujas flutuações, por sua vez, regulam os salários e asseguram, em condições normais, a apropriação da mais-valia pelos capitalistas. Um outro aspecto importante sobre a exclusão da força de trabalho, diz respeito ao fato que a tendência em aumentar o capital constante às expensas do capital variável cria, segundo o próprio Marx, uma *contradição imanente* à esfera de produção, uma vez que apenas o trabalho vivo produz qualquer valor, e, não obstante, a quantidade de trabalho vivo deve ser reduzida para que aumente a taxa de mais-valia.

Com respeito à intensificação do trabalho, Marx a percebe como um outro meio através do qual opera a racionalização capitalista na apropriação da mais valia relativa: “quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando por impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção da mais-valia, prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as suas forças, à produção da mais valia relativa, acelerando o desenvolvimento do sistema de máquinas. Ocorreu ao mesmo tempo uma alteração no caráter da mais-valia relativa. Em termos genéricos, o método da produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua, então, a acrescentar o mesmo valor ao produto total, embora esse valor de troca inalterado se represente agora em quantidade maior de valores de uso, de artigo, caindo desse modo o valor de cada mercadoria em particular. Mas, a coisa é diferente depois que se reduz coercitivamente o dia de trabalho. Essa redução, com o poderoso impulso que dá ao desenvolvimento da força produtiva e à poupança das condições de produção, impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo, mais elevada tensão da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada, em suma, um tal grau de condensação do trabalho que só pode ser alcançado reduzindo-se o dia de trabalho. Essa compensação de massa maior de trabalho num período dado significa, então, o que realmente é: maior quantidade de trabalho. O tempo de trabalho é medido

agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo seu grau de condensação, sua intensidade”²².

Uma outra modalidade de extração de mais-valia relativa com base na intensificação do trabalho observada por Marx, é aquela referente à modalidade de assalariamento dos trabalhadores com base na produção de peças ou unidades produzidas. De modo diverso das remunerações pagas por tempo (hora trabalhada), tarefa ou atividade executada, o salário por peça impõe-se como uma importante atividade de racionalização, controle e intensificação do trabalho operário. O que o capital leva em conta, nessa modalidade, é a mobilização da habilidade, da força, da energia, e da perseverança individual dos diversos trabalhadores individuais, ou em outras palavras, da mobilização da individualidade ou da capacidade de produção do trabalhador, na conversão de mais-valia relativa. Na medida em que o pagamento trabalho é regulado pelo rendimento individual de cada indivíduo, o capitalista elimina inteligentemente a fração de controle da tarefa por parte do operário contido nas outras modalidades, garantindo pois um maior domínio sobre o trabalho realizado por outrem. Desse modo, assim observou Marx: “a qualidade do trabalho é controlada aqui pelo próprio resultado, que tem de possuir a qualidade média, a fim de que seja pago integralmente o salário por peça. Desse modo, o salário por peça se torna terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista. Proporciona ao capitalista uma medida precisa da intensidade do trabalho. Só se considera, então, tempo de trabalho socialmente necessário, sendo como tal pago, o tempo de trabalho que se corporifica numa quantidade de mercadorias previamente determinada e fixada pela experiência. (...) Sendo a qualidade e a intensidade do trabalho controladas pela forma de salário, torna esta em grande parte desnecessário o trabalho de inspeção. O salário por peça constitui a base não só do trabalho doméstico moderno do qual já falamos anteriormente, mas também um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão”²³.

Embora Marx, em quase toda a extensão de sua obra, construa a visão do capitalismo como um sistema repleto de irracionalidades, tais como as suas próprias contradições internas e externas, a sua natureza catastrófica, e as suas contínuas desumanidades geradas ao longo de sua dinâmica histórica, o autor deixa, nas análises acerca do processo de racionalização contido no modo de produção capitalista,

²² MARX, Karl. *O Capital*. *op. cit.* I, vol. I. Cap. XIII, p. 467.

transparecer o credo pessoal da existência de um lado bastante perverso, uma face negativa.

O modo de produção capitalista é visto como um sistema em que, o capital, sob as mais diversas formas, assume o papel de principal meio de produção. Logo esse pode tomar a forma de dinheiro ou crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física, ou, ainda, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Assim sendo, qualquer que seja a forma apresentada ao longo da história, a sua característica básica é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população. Em outras palavras, o sistema reflete uma contundente contradição entre as suas forças produtivas e as suas relações de propriedade econômica, as relações de produção.

Um outro aspecto do sistema observado pelo autor, e também visto como um ponto bastante crítico, diz respeito à natureza da acumulação capitalista. Embora visto como uma condição imperiosa para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, uma vez que o capital tem de ser acumulado independentemente das preferências subjetivas ou das convicções religiosas dos capitalistas, esse mecanismo acaba por gerar conseqüências bastante desastrosas para aqueles que estão à sua margem. Desse modo, Marx via seus efeitos como um processo que se desenrola ao longo da história, na medida em que “o divórcio entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas de trabalho e a força subjetiva de trabalho é, pois, como sabemos, a premissa real dada, o ponto de partida do processo capitalista de produção. (...) O processo capitalista de produção reproduz, portanto, pelo seu próprio mecanismo, o divórcio entre a força de trabalho e as condições de trabalho, reproduzindo e eternizando desta maneira as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender a sua força de trabalho para viver e permite constantemente ao capitalista comprá-la para enriquecer-se. (...) O regime do capital pressupõe o divórcio entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização de seu trabalho. Quando já se move por seus próprios pés, a produção capitalista não só mantém esse divórcio como reproduz e acentua em um escala cada vez maior. Portanto, o processo que engendra o capitalismo somente pode ser um: o processo de dissociação entre o trabalhador e a propriedade sobre as

²³ MARX, Karl. O Capital. *op. cit.* I, vol. I. Cap. XIX, p. 639.

condições de trabalho, processo que, de um lado converte em capital os meios sociais de vida e de produção, e por outro converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção”²⁴.

Na medida em que o capital constitui-se como valor que se expande a si mesmo, ele tem a necessidade de resguardar-se, ou em outras palavras, de preservar o seu processo de valorização. Desse modo, a acumulação fixa-se não somente como uma relação entre a produção e a capitalização da mais-valia, mas também como uma relação de produção. É desse modo pois, que Marx percebe a forma negativa de como o capital se reproduz. Inicialmente esse processo se desenvolve através da concorrência, a qual por diferentes modos de tornar o capital competitivo, procura transformar as relações de produção criando uma relação de exploração para com os trabalhadores. Logo, ele se expande em novas formas de organização e de diversificação tecnológica que podem ser vistas historicamente na manufatura, na cooperação, na divisão do trabalho, na maquinaria, na produção mecanizada e nas suas formas seguintes. Com a introdução da maquinaria e da mecanização, os métodos de produção são forçados a recorrer a formas extremas de exploração de modo a tornar o sistema competitivo e a se sustentar. Com a produção em seu estágio de mecanização, o capital cria aquilo que Marx denomina de exército industrial de reserva, além de transformar a classe operária, fazendo-a perder cada vez mais qualquer tipo de habilitação e de domínio de seu ofício profissional, ficando sujeita aos ditames da maquinaria. É assim, pois, que o capitalismo estabelece os limites de sua voracidade de acumulação: “quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e consequentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do seu suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo.

²⁴ MARX, Karl. O Capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 6ª edição. Rio de Janeiro, Civilização

Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Patenteia-se a insanidade da sabedoria do economista que prega aos trabalhadores adaptarem seu número às necessidades de expansão do capital. O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número [de trabalhadores] a essas necessidades [de expansão de capital]. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o pêso-morto do pauperismo”²⁵.

Não obstante essa natureza exploradora do trabalho, Marx via a racionalização capitalista, e mesmo todo o capitalismo, como um sistema de intensiva deterioração da vida humana, uma vez em que a própria lógica do sistema acentua um predomínio do princípio da quantidade, em detrimento ao princípio da qualidade. Assim, ele observa que “tomar apenas a quantidade de trabalho como medida de valor, sem levar em conta a qualidade, supõe que o trabalho simples se tornou o fulcro da indústria. Supõe que os trabalhos são equalizados pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho; supõe que os homens se apagam diante do trabalho; supõe que o movimento do pêndulo tornou-se a exata medida da atividade relativa de dois operários, da mesma maneira que o da velocidade de duas locomotivas. Então, não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de outro homem; deve-se dizer que o homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada”²⁶.

Sob um outro ponto de vista, todavia aprofundando essa crítica ao aspecto negativo da forma de racionalização do modo de produção capitalista, Marx percebe que este constitui-se como um sistema altamente alienante, isto é, um sistema capaz de elevar ao extremo a exploração das frações trabalhadoras e tornar o homem *estranho* à natureza e a si mesmo. Nessa linha de pensamento, já nos escritos da juventude, ele observa que “o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do

Brasileira, 1980. Volume I, Tomos I & II. Caps. XIX, XXI, XXIV, pp. 645-6, 653 e 830.

²⁵ MARX, Karl. *O Capital*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 6ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Volume I, Tomo II. Cap. XXIII, pp. 747-8.

²⁶ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo, Editora de Ciências Humanas, 1982. pp. 57-8.

trabalho humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria* e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como *um ser estranho*, como uma *força independente* do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma *objetificação* do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma *perversão* do trabalhador, a objetificação como uma *perda* e uma *servidão ante o objeto*, e a apropriação como *alienação*. A execução do trabalho aparece tanto como uma perversão em que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome. A objetificação aparece tanto como uma perda do objeto que o trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho. O próprio trabalho transforma-se em um objeto que ele só pode adquirir com tremendo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital. Todas essas conseqüências decorrem do fato de o trabalhador ser relacionado com o *produto de seu trabalho* como um objeto *estranho*. Pois está claro que, baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menor ele se pertence a si próprio. Quanto mais de si mesmo o homem atribui a Deus, tanto menos lhe resta. O trabalhador põe a sua vida no objeto, e sua vida, então não mais lhe pertence, porém ao objeto. Quanto maior for sua atividade, portanto, tanto menos ele possuirá. O que está incorporado ao produto de seu trabalho não mais é dele mesmo. Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará. A *alienação* do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, *fora dele mesmo*, e a ele estranho, o que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil”²⁷.

²⁷ MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. Primeiro Manuscrito – Trabalho Alienado. In: FROMM, Eric. Conceito Marxista do Homem. 3ª edição. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964. pp. 94-6.

Marx percebe que o processo de alienação manifesta-se no trabalho e no processo de divisão do trabalho. O trabalho assume, para o autor, uma característica de relacionamento ativo do homem para com a natureza, a criação de um mundo novo, incluindo a criação do próprio homem. Com a expansão da propriedade privada e da divisão do trabalho, vê o autor, que o trabalho perde gradativamente sua característica de expressão do poder do homem. O trabalho, bem como seus produtos, assumem uma existência à parte do próprio homem, de sua vontade e de seu planejamento. Completando seu raciocínio, Marx também percebe que o trabalho humano torna-se alienado visto que a atividade de trabalhar deixa de fazer parte da natureza do trabalhador e, conseqüentemente, ele não se realiza em seu trabalho. O homem torna-se afastado de suas próprias faculdades criadoras. Na medida em que o homem torna-se alienado de si mesmo, o produto de seu trabalho torna-se um objeto estranho que o domina. Isto é, os objetos de seu próprio trabalho tornam-se seres estranhos que eventualmente dominam o trabalhador, tornando-se forças independentes do produtor.

Adiante, em um de seus escritos da maturidade Marx confirmaria essas observações ao colocar que: “de um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção ao mesmo tempo processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente, riqueza objetiva, mas sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha, o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador; em suma, o capitalista produz o trabalhador

sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista”²⁸.

O autor é veemente em mostrar que o modo capitalista de produção, muito mais do que qualquer outro modo de produção, é constituído por uma capacidade voraz de exploração dos trabalhadores. Assim, Marx se esforça em mostrar que o resultado do trabalho operário lhe é *estranho* pelo fato da separação do trabalhador de seus meios de trabalho, os quais são confiscados pelo sistema quando da sua troca pelo salário pago à sua força de trabalho. Logo, o resultado do trabalho lhe é estranho (alienado) uma vez que ele não lhes pode mais dispor. Uma vez que a força de trabalho é trocada por um determinado valor, não importando se esse valor é superior ao valor de troca da força de trabalho, o sobre-valor ou a mais-valia restam, de todas as formas, como propriedade exclusiva e inalienável do capitalista. Em outras palavras, o autor quer mostrar que a característica essencial das relações entre o capitalista e o trabalhador funda-se no fato de que o trabalhador é sempre forçado a vender sua força de trabalho, uma vez que ele não dispõe de meios de trabalho objetivos (os meios de trabalho) e subjetivos (os meios de subsistência), os quais encontram sempre sob o domínio do capitalista.

Marx também nos reporta outras modalidades de ação nas quais ele identifica como fontes potenciais de alienação do trabalhador. Uma dessas fontes seria o próprio produto alienado do trabalho, que aqui ele equipara ao fenômeno do fetiche da mercadoria. Ao passo em que Marx via nesse último uma relação de assunção de poderes, pelas mercadorias, que elas não possuem na realidade, ou seja, uma condição posta além de seus simples valores de uso, ele via na produção capitalista essa mesma situação na medida em que as relações de indivíduos eram transformadas em qualidades de coisas em-si, tais como as mercadorias. Desse modo, assim reporta Marx: “Não poderia ser de outra maneira, em uma forma de produção em que o trabalhador existe para satisfazer a necessidade de expansão própria dos valores existentes, em vez de, ao contrário, a riqueza material existir para satisfazer as necessidades de desenvolvimento por parte do trabalhador. Como na religião o

²⁸ MARX, Karl. O Capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 6ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Volume I, Tomo II. Cap. XXI, pp. 664-5.

homem é governado pelos produtos de seu próprio cérebro, assim na produção capitalista é governado pelos produtos de suas próprias mãos”²⁹.

Em um outro momento, o autor também se coloca a respeito da propriedade privada enquanto forma de alienação. Essa, vista muito mais como o capital que contrata trabalhadores do que a simples propriedade dos objetos de uso é também vista como uma função alienadora no pensamento do jovem Marx: “a propriedade privada é, por conseguinte, o produto, o resultado necessário, do *trabalho alienado*, da relação eterna do operário com a natureza e consigo mesmo. A *propriedade privada*, pois, deriva-se da análise do conceito de *trabalho alienado*; isto é, homem alienado, trabalho alienado, vida alienada, e homem separado”³⁰.

Finalmente, a visão negativa de Marx acerca da racionalização, bem como de todo o modo capitalista de produção, é estendida aos efeitos do progresso técnico do desenvolvimento capitalista. Ele acreditava que, na medida em que o capitalismo constituía-se como um processo civilizatório, este suscitava inúmeras formas de alienação que se multiplicavam com o próprio desenvolvimento do sistema. Assim, tal como viu, “hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece só poder brilhar sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro, este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível”³¹.

²⁹ MARX, Karl. The Capital. Chicago, Charles H. Kerr & Co., 1906. pp. 680-1. *Apud* FROMM, Eric. *op. cit.*, 1964. p. 57.

³⁰ MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. Primeiro Manuscrito – Trabalho Alienado. *In*: FROMM, Eric. Conceito Marxista do Homem. 3ª edição. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964. pp. 105-6.

³¹ MARX, Karl. Discurso pronunciado na festa de aniversário do People's Paper no dia 14 de abril de 1856. *In*: MARX, Karl; & ENGELS, Friedrich. Textos. São Paulo, Edições Sociais, 1977. 3 vols. pp. 298-9.

II.1.2 – Max Weber: Desencantamento e Jaula de Ferro

O grande esforço de percepção e desenvolvimento do conceito de racionalização enquanto modernidade é dado, exclusivamente, a partir da obra de Max Weber. Em linhas gerais, esse autor, em quase toda a extensão de sua obra científica procurou caracterizar e explicar em uma perspectiva histórica mundial o racionalismo específico e peculiar da moderna civilização ocidental. Em outras palavras, Weber procurou explicar as formas que as sociedades ocidentais tomam e desenvolvem para se transformar em uma extensão última da modernidade. De modo diverso e oposto a Marx, uma vez que esse último afirmava que os fatores materiais foram um elemento dominante na história, Weber entendia que a existência de um princípio mais geral se fazia necessário para o entendimento do modelo de desenvolvimento das sociedades.

Conforme observou Habermas, “(...) entre as figuras clássicas da sociologia, Max Weber constituiu-se como o único a romper com as premissas da filosofia da história e os pressupostos básicos do evolucionismo e que, no entanto, tentou conceber a modernização da velha sociedade européia como o resultado de um processo histórico-universal de racionalização”³².

Dada a larga amplitude conceitual que esse termo assume, Weber o utilizou em variados e diferentes contextos, além de ser discutido e apresentado em vários de seus trabalhos e em diversas épocas³³. Segundo o autor, o conceito de racionalização apresenta sete características fundamentais que guardam uma relação direta com suas idéias sobre o processo global de desenvolvimento histórico e são entendidos como: a) o desenvolvimento inerente ao processo de civilização e da sociedade ocidental; b)

³² HABERMAS, Jürgen. The Theory of Communicative Action: Volume I – Reason and Rationalization of Society. Boston, Beacon Press, 1984. p. 143.

³³ cf. WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. (1904-5). Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 5ª edição. São Paulo, Pioneira, 1987; WEBER, Max. Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções. (1915). In: GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Organização e Introdução). Max Weber: Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão Técnica de Prof. Fernando Henrique Cardoso. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. pp. 371-410; WEBER, Max. A Psicologia Social das Religiões Mundiais. (1915). In: GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Organização e Introdução). Max Weber: Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão Técnica de Prof. Fernando Henrique Cardoso. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. pp. 309-346; WEBER, Max. The Religion of China: Confucianism and Taoism. (1916). New York, MacMillan, 1964; WEBER, MAX. The Religion of India: The Sociology of Hinduism and Buddhism. (1916-7). Glencoe, IL: Free Press, 1958; WEBER, Max. Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música. (1921). Tradução, introdução e notas de Leopoldo Waizbort. Prefácio de Gabriel Cohn. São Paulo, EDUSP, 1995; WEBER, Max. Economia y Sociedad. (1921). Segunda edición, séptima reimpresión. México - D. F., Fondo de Cultura Económica, 1984; WEBER, Max. História Geral da Economia. (1927). São Paulo, Mestre Jou, 1968.

a tensão sobre o conteúdo racional da vida cotidiana; c) o amplo uso do cálculo racional como uma estratégia da ação social; d) a libertação da ação social de todo e qualquer pensamento mágico; e) a ênfase em uma orientação prática para a realidade empírica; f) o uso difundido de raciocínio técnico e processual como um modo de controle prático dos resultados e de padronização da vida cotidiana³⁴.

Desse modo, Weber fez uso do termo para descrever o processo pelo qual a natureza, a sociedade e a ação individual são crescentemente enquadradas por uma orientação voltada para o planejamento, o procedimento técnico e a ação racional. Ele acreditava que, muito mais do que outras sociedades, a sociedade ocidental refletia a tendência da racionalização em seu sistema - político, científico, legal e comercial -, o que a fez despontar no mundo como uma sociedade moderna.

O conceito weberiano de racionalização, todavia, recorre a duas tendências do desenvolvimento histórico. A primeira delas é a tendência dos processos sociais e históricos em se tornar cada vez mais confiantes no cálculo e no conhecimento técnico de modo a obter controle sobre o mundo natural e social. A segunda, refere-se à tendência da ação humana em libertá-la de sua dependência do pensamento mágico como forma de compreender o mundo, estabelecendo uma confiança contraposta àquilo que é imediatamente dado na realidade empírica.

Assim, *a racionalização constituiu-se como um processo dependente das estratégias de ação social e dos ajustes dos meios e fins da ação na consecução dos objetivos*³⁵.

Em relação a essas estratégias de ação social, elas constituem-se como um outro ponto bastante importante na teoria de Weber para a compreensão dessa teoria histórica. Ele as descreve como a capacidade dos atores de escolher entre os meios e os fins de uma ação e de exercer sua escolha racional³⁶. Essa tipo de racionalidade pode dar-se de dois modos: uma racionalidade subjetiva, que refere-se ao grau de avaliação interna que o ator introjeta cognitivamente antes do ato, e; uma racionalidade objetiva, que refere-se ao grau de incorporação da ação de princípios racionais pela adesão às regras formais ou à cálculos específicos dos meios e fins. Desse modo ele idealiza as ações em torno de quatro *tipos-ideais*, cuja principal função vai residir na diferenciação em relação aos graus de racionalidade e

³⁴ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. *op. cit.* pp. 13-20.

³⁵ cf. WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. *op. cit.* pp. 3-30.

³⁶ *Ibid.* pp. 3-30.

significado inerentes aos seus diferentes tipos de orientação, que são assim entendidos:

- a) o primeiro tipo é descrito como a ação tradicional. Nesse tipo de ação o ator reage de forma automática ao estímulo habitual, o qual guia o comportamento a um rumo que é repetidamente seguido³⁷. Para proceder nessa ação, de acordo com Weber, não é necessário ao ator imaginar um objetivo, delimitar um resultado ou mesmo estar consciente dos compromissos para com os valores. Ações desse tipo são orientadas por um conjunto de crenças tradicionais que agem como imperativos morais ante o julgamento do ator. Ainda, conforme percebe o autor, a ação cotidiana enquadra-se nesse tipo, uma vez que seus meios e os fins são determinados pelos costumes. Esse tipo de ação caracteriza-se por uma falta de critérios de avaliação e por uma não orientação racional aos meios e fins;
- b) o segundo tipo refere-se à ação afetiva. Nessa o ator é diretamente motivado por uma resposta emocional imposta pelo seu estado mental. Tal como a ação tradicional, essa ação afetiva não é orientada a um objetivo específico ou valor, mas representa uma expressão do estado emocional do ator em dada circunstância. Assim, carece de uma orientação racional e renuncia ao equilíbrio entre os meios e os fins. Tal como a ação tradicional, nessa o comportamento afetivo puro encontra-se no limite do que é considerado como uma ação plena de sentido e é irracional, uma vez que é incontrolável e carece de uma avaliação interna³⁸;
- c) um terceiro tipo de ação discutida é a ação racional em valor, ação racional orientada aos valores, ou originalmente *wertrational*. De modo contrário às duas primeiras que se caracterizam por sua não-racionalidade, essa assume uma orientação de tipo racional. Weber descreve essa ação como uma orientação a um valor absoluto. Nessas circunstâncias, os atores visam colocar em prática as suas convicções do que a eles lhes parece ser requerido através do dever, da honra, da beleza, da sapiência religiosa, da piedade, da lealdade pessoal ou de qualquer outra causa de mesma

³⁷ *Ibid.* p. 25.

natureza. Nesse caso, o sentido da ação não reside na obtenção de um resultado ulterior a ela, mas na condução do tipo específico de ação para sua própria causa³⁹. Assim, seu objetivo exclusivo consiste na realização do valor;

- d) o quarto tipo, a ação racional instrumental, ação orientada a um fim, ou simplesmente *zweckrational*. Essa difere do tipo precedente de ação pelo fato de que os fins, os meios e os resultados secundários são todos racionalmente tomados em consideração e equilibrados⁴⁰. Devido ao fato que a eficácia desse tipo de ação vincula uma orientação racional sistemática a meios e fins, ela constitui-se como o tipo mais racional das ações. Nessa ação racional instrumental o ator é livre para escolher os meios da ação em termos da sua eficácia racional.

Um outro importante fator que se destaca na teoria da história de Weber é o conceito de racionalidade, o qual guarda uma importante distinção do processo de racionalização. De modo divergente desse último, a racionalidade refere-se à capacidade da ação social em sujeitar-se ao cálculo racional de seus meios e fins. Nesse sentido, tal como por ele interpretado, na moderna sociedade a ação tende a variar e é dependente da orientação do ator e de sua situação social. Em outras palavras, a racionalidade pode ser definida como um padrão de ação cuja substância exprime-se pelo seu poder de influenciar os meios e os fins de determinada ação. Em um contexto, a racionalidade pode dizer respeito à crescente dominação da sociedade por meio de ações precisas. Em um outro nível, refere-se à obtenção - fundamentada no método - de uma determinada finalidade prática por meio de uma crescente cálculo racional dos meios mais adequados. Explicita a adesão a um cânon válido no qual a visão de vida é racional no sentido de rejeitar laços tradicionalistas e de ter fé no poder de razão. Significa também um arranjo sistemático no sentido de um conjunto de métodos racionais destinados a manipular a realidade. Porém, em um sentido mais geral, esse conceito refere-se a todos os tipos de éticas práticas que são orientadas

³⁸ *Ibid.* p. 25.

³⁹ *Ibid.* p. 25.

⁴⁰ *Ibid.* p. 26.

sistematicamente a objetivos de modo a distinguir entre as normas válidas e o que é empiricamente determinado⁴¹.

Estabelecida essa construção conceitual, Weber também percebe a existência de quatro *tipos-ideais* diferentes de racionalidade, assim descritas como formal, substantiva, prática e teórica ou técnica, que são assim explicadas:

- a) a primeira delas, a racionalidade formal, foi usada por ele para designar o montante de cálculo racional quantitativo e de procedimento contábil que permeiam uma ação ou decisão⁴². Nesse sentido, ela refere-se à quantidade dessas duas dimensões contidas em uma decisão como forma de garantir a consistência do resultado e a eficiência na persecução dos objetivos. Uma vez que a racionalidade formal impõe a ordem no mundo através de um sistema de mensuração e cálculo, ela adere às normas da contabilidade econômica, proficiência e eficácia prática. Assim, essa racionalidade cria uma orientação para a ação acentuando a estrita aderência às medidas de custo efetivo e consideração formal dos meios e fins;
- b) a segunda, a racionalidade substantiva, foi utilizada para designar o grau pelo qual uma ação é moldada por uma orientação à valores, independente da natureza dos fins ou do resultado da ação⁴³. De modo contrário à racionalidade formal, essa racionalidade não é ligada a critérios puramente formais de decisão nem por uma orientação de se alcançar os objetivos por padrões calculáveis, mas por valores que são moldados por normas éticas ou padrões igualitários. Assim expressa-se por diferentes formas de escalas de valores e, sempre abarca considerações de justiça social, padrões éticos e uma relação com a equidade social⁴⁴. Uma vez que a racionalidade formal baseia sua orientação para a decisão ligada às normas de eficiência e de custos práticos, a racionalidade substantiva é baseada no conteúdo qualitativo dos julgamentos, que estão ligados a critérios estéticos ou não-estéticos. Weber acreditava que esses dois tipos de racionalidade caracterizavam-se por serem opostas entre si, e que a racionalidade

⁴¹ cf. GERTH, Hans & MILLS, Charles Wright. Max Weber: Ensaio de Sociologia. 3ª edição. Tradução de Waltensir Dutra, Revisão Técnica de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. pp. 293-4; WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. pp. 24-31.

⁴² cf. WEBER, Max. Economia y Sociedad. p. 85.

⁴³ *Ibid.* pp. 85-6.

substantiva via a racionalidade formal como uma inimiga à seu próprio propósito⁴⁵;

c) a terceira forma de racionalidade discutida por Weber constituiu-se como a racionalidade prática. Essa refere-se à forma de olhar para o mundo na qual é acreditado que o sentido da ação reside na sua função ou utilidade. Nesse sentido, o significado e a validade última da ação é acreditada por existir exclusivamente dentro de uma ordem técnica⁴⁶. No conjunto dessa racionalidade prática, todos os meios de obter fins desejados são vistos como técnicas ou estratégias muito antes do que sistemas de valores, os quais se inserem como padrões éticos ou critérios de ação⁴⁷. Essa racionalidade postula que o resultado das ações não é afetado por causas místicas a ela externas, porém percebe a realidade em termos do que é empiricamente dado. Assim, a ação é empreendida por causa da ordem técnica e os resultados são medidos pelos esforços em termos de benefícios práticos e recompensas econômicas. Uma vez que o significado da ação reside na ordem técnica, ela resiste contra qualquer orientação ativa para a abstração e fora da atitude prática da vida cotidiana ou de alguma ordem transcendental. Tal como vista por Gerth e Mills, ela marca o fim de qualquer metafísica na vida cotidiana e baseia-se na rejeição de interpretações religiosas ou filosóficas de ambos os meios e fins⁴⁸;

d) o quarto tipo de racionalidade é definida como a racionalidade teórica ou técnica. Em contraposição à racionalidade prática, a qual impõe a ordem no mundo por uma orientação direta ao que é empiricamente dado na realidade, essa racionalidade teórica impõe a ordem na realidade através do raciocínio conceitual. A ordem é imposta à realidade por um domínio conceitual do todo em termos de conceitos unificados ou por modelos trazidos à luz através do processo de raciocínio. Assim ela atua produzindo uma *imagem de mundo* por meio de argumentos abstratos e conceituais.

⁴⁴ *Ibid.* pp. 85-6.

⁴⁵ *Ibid.* pp. 85-6.

⁴⁶ *Ibid.* pp. 65-6.

⁴⁷ *Ibid.* p.65.

⁴⁸ cf. GERTH and MILLS, C. W. (eds.) Max Weber: Ensaio de Sociologia. *op. cit.* p. 293.

Posto e esclarecido esses elementos, Weber acreditava que esses tipos-ideais - embora não apresentassem a característica de encerrar em si mesmos a realidade que lhes é inerente, nem muito menos constituir como estruturas interpretativas finais da sociedade -, constituíam-se como estruturas de representação do mundo, da realidade, que são capazes de se combinar entre si, de forma variada, de modo a gerar novas estruturas ou tipos-ideais da ação humana. Assim, é dessa forma – através da análise do conteúdo da ação dos indivíduos - que ele vai se encaminhar para explicar o diferencial de modernização de nossa sociedade.

Ao analisar a formação do sistema capitalista moderno, ainda que influenciado pela conjuntura de sua época, isto é, a passagem dos séculos XIX e XX, Weber percebeu que as sociedades ocidentais eram muito mais propensas ao desenvolvimento e ao pleno sucesso desse regime capitalista do que as demais sociedades do mundo. Concentrando-se no processo histórico delimitado *grosso modo* entre a Alta Idade Média Européia e o século XVIII, o autor vai examinar as razões da passagem das sociedades tradicionais em sociedades modernas. Em outras palavras, ele se preocupava em determinar as causas do progresso e do surto desenvolvimentista de novas e avançadas formas de sociedade, de ciência, das artes, do aprendizado e da tecnologia. Assim ele identificou uma característica peculiar que explicava esse seu status: o desenvolvimento de um progresso de natureza eminentemente racional, ou em outras palavras, o desenvolvimento de uma racionalização ocidental. Esse progresso racional e secular - em contraposição ao mundo tradicional e sagrado - é o que Weber vai chamar de desencantamento do mundo⁴⁹. Através dessa fórmula, que a toma emprestado de Friedrich Schiller, ele deseja mostrar essa existência de um recuo do religioso, do mágico, do mítico e do transcendental nas relações que os indivíduos mantêm com a natureza, vai se transformar no mecanismo impulsionador do mercado e do comércio racional, bem como também da ciência racional.

Segundo sua análise, esse progresso racional vai se dividir em duas fases distintas, que ele as denomina, a primeira, de fase do desencantamento ou da

⁴⁹ cf. WEBER, Max. A Ciência como Vocação. In: GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Organização e Introdução). Max Weber: Ensaios de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão Técnica de Prof. Fernando Henrique Cardoso. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. pp. 371-410.

racionalização positiva e, a posterior, de fase da jaula de ferro ou da *racionalização negativa*.

Com relação ao primeiro movimento, Weber observa que na civilização ocidental, no período histórico acima citado, desenvolve-se uma progressiva institucionalização de altos níveis de racionalidade. Ocorre uma mudança radical no princípio organizacional da sociedade e uma correspondente liberação e realização de potencialidades ampliadas de aprendizado e desenvolvimento dessa mesma. Não obstante, esse progresso se faz alcançar através de formas interrelacionadas de desenvolvimento, assim vistas como a) a emergência de uma ética religiosa de natureza protestante; b) a diferenciação das esferas culturais de ação e valor, e; c) a emergência de um aparato jurídico e legislativo racional.

Ao fixar como referência a hipótese de que algumas crenças religiosas determinaram a aparição de uma mentalidade econômica ou o *ethos* de uma forma de economia, Weber vai lançar a idéia de que o espírito da vida econômica moderna vai se estabelecer através da emergência da ética racional do protestantismo ascético. Assim ele vai explicar a primeira forma de desenvolvimento.

Tendo como ponto de partida a constatação dos fenômenos sócio-econômicos de seu país, a Alemanha, no final do século XIX, ou seja, o fato de que uma parcela religiosa da população – os protestantes – participavam com uma intensidade muito maior na vida dos negócios e das finanças, bem como possuíam a maior parcela dos setores industrial e comercial do que o restante da população de origem católica, ele vai colocar em pauta a idéia de que existiria alguma motivação específica para tal comportamento. Essa, ele vai determinar nos termos de uma relação entre a crença religiosa protestante e uma disposição especial para a prática de um racionalismo de tipo econômico. Ainda, ele pressupõe a existência de uma relação mais aprofundada entre o destacamento ascético do mundo e a participação dos protestantes na vida capitalista e nas atividades de negócios.

À partir dessa observação, Weber vai construir como um indivíduo histórico o que denominou de *espírito do capitalismo*, ou seja, do ponto de vista metodológico, um tipo-ideal, que se expressa como um complexo de relações presentes na realidade histórica e reunidos em função do seu significado cultural em um todo conceitual. É através desse espírito do capitalismo que ele vai buscar explicar o caráter racional da economia capitalista. Ele vai desenvolver o argumento de que o capitalismo moderno não pode se desenvolver mais cedo no mundo em decorrência da ausência dessa

motivação. A Religião Católica em sua totalidade, sempre procurou conter o desenvolvimento desse ímpeto, uma vez que em sua doutrina a salvação significava de modo exclusivo fidelidade à Igreja e não às atividades no mundo terreno. De modo contrário, com o protestantismo oriundo da Reforma essa relação é profundamente modificada e a salvação vai ser centrada na intensidade da existência do indivíduo nesse mundo. Assim, nessa nova religião, à partir de Lutero, e nas suas versões ascética e puritana desenvolvida por Calvino, ela passará a encorajar um comportamento econômico particular: a profissão torna-se, perante à Deus, um dever, uma vocação, uma prova de fé. Esses novos comportamentos vão se caracterizar por um conjunto específico e distinto de valores, tais como o gosto pelo dinheiro, a abstinência e a recusa ao luxo, a disciplina no trabalho e a consciência profissional. Esse novo modo de viver afirma-se de modo intensivo nas seitas protestantes e difunde-se ao longo de toda a Europa e América do Norte pregando um novo *ethos*, cujo comportamento dessa busca do lucro vai se erigir à partir de uma nova forma pacífica e racional.

Em outras palavras, Weber quer explicar o processo de racionalização principalmente como um desenvolvimento de uma orientação religiosa única e particular ao mundo de Lutero e Calvino e ao protestantismo ascético, de um modo geral. Todas as outras religiões do mundo, em específico aquelas da China e da Índia, para o autor, tendem a reforçar ou mesmo a santificar a ação tradicional, o comportamento e o costume. Em contraste a essa tendência, o protestantismo ascético rompe com esses elos da tradição e transforma a ação ordinária e o comportamento. Assim, tal como observou “(...) Somente a ética do protestantismo ascético produziu uma unidade fundamentada, sistemática e integra de uma vocação intramundana com a garantia da salvação religiosa. Esse ascetismo intramundano tem uma série de características e conseqüências próprias que não são encontradas em nenhuma outra religião. Ela exigiu de seu seguidor não o celibato, como no caso do monge, mas a eliminação de todo o prazer erótico ou desejo; não a pobreza, mas a eliminação de todo o prazer ocioso da riqueza imerecida e da renda, e a vacância de toda a ostentação feudalística da riqueza; não a morte-em-vida ascética do claustro, mas um alerta, a conduta da vida racionalmente controlada e a vacância, a total rendição à beleza do mundo, à arte, ou aos humores e emoções de outrem. O objetivo claro e uniforme desse ascetismo deu-se com a organização da conduta de modo disciplinador e metódico. Seu típico representante foi o ‘homem da vocação’

[Berufsmensch]; e seu resultado específico foi a organização funcional e racional das relações sociais”⁵⁰.

Essa conduta metódica da vida, no entender de Weber, constitui-se como um elemento de suma importância para a compreensão do desenvolvimento desse *espírito*, na medida em que incorpora a mais alta forma de racionalidade, assim vista como a racionalidade prática. Essa, percebida pela ótica da forma e não do conteúdo, agrega e ao mesmo tempo reconcilia os meios e os fins, ou ainda por outro ângulo, a racionalidade orientada a um fim (*zweckrationalität*) e a racionalidade orientada a um valor (*wertrationalität*) em uma forma de vida singular e com uma significado universal.

A segunda forma de desenvolvimento racional - ou da racionalização positiva -, por Weber entendida como a diferenciação cultural das esferas de ação e valor, vai se institucionalizar com o próprio desenvolvimento do processo de desencantamento do mundo. O avanço desse último denota uma gradual quebra com as antigas representações mágico-animísticas e religiosas, bem como a perda de seu poder de encantamento. Historicamente, isso foi percebido pelo autor à partir da análise do crescimento das sociedades tradicionais pré-modernas. À medida em que cresciam e tornavam-se cada vez mais complexas, essas sociedades desenvolviam uma crescente especialização das esferas de atividades ligadas à política, às artes, à religião, ao desenvolvimento intelectual, às relações econômicas, e mesmo à obtenção do prazer erótico. Weber vai sustentar o argumento de que no curso dessa diferenciação cada uma dessas esferas torna-se autônoma e, de modo gradativo, passarão a ser reguladas, cada uma delas, por normas e axiomas próprios e incomensuráveis⁵¹. Assim, esse mecanismo vai ser visto como uma proliferação cultural de diferentes e competitivas visões de mundo (*weltanschauungen*), com a diferenciação das instituições (religiosa, política, econômica, etc...) e as estruturas normativas que se cristalizam em torno dela.

Em relação a essa discussão, Habermas, em um outro trabalho, reforçou essa tendência da diferenciação das estruturas de ação e valor aplicando a ela três orientações básicas: a primeira, de que a busca metódica ao afastar o mito do *mágico* levou a uma aplicação mais instrumental da racionalidade orientada a um fim (*zweckrationalität*), que pode ser vista no desenvolvimento da ciência e da tecnologia;

⁵⁰ cf. WEBER, M. *Economia y Sociedad*. op. cit. p. 556. Apud HABERMAS, J. *The Theory of the Communicative Action*. op. cit. p. 173.

⁵¹ BRUBAKER, W. Roger. *The Limits of Rationality*. London, Allen & Unwin, 1984. pp. 61-91.

a segunda, seguindo o mesmo princípio, no desenvolvimento racional da ética e da moralidade; e a terceira, de que o afastamento progressivo das religiões tradicionais e da arte, levou essa última a um grau de independência e autonomização em relação a primeira, que pode ser entendida como o curso de uma progressiva racionalização⁵².

A terceira e última forma da racionalização positiva, é vista nos termos da emergência de um aparato jurídico e legislativo racional. Essa, de certo modo, associa-se a um produto do próprio processo de racionalização da cultura e da ética. Weber observa que na história, à partir da Idade Média o aparato legislativo assume uma certa autonomia em relação ao poder da Igreja e da nobreza feudal. Logo, esse passa a se tornar cada vez mais controlado e especializado por corpos jurídicos próprios que, de modo gradativo, vão formando uma prática, uma reprodução do conhecimento jurídico e uma jurisprudência próprias. Com o progressivo avanço de uma lógica racional, a tradição, o costume e as lógicas religiosas são abandonadas em favor de novos princípios formais, que garantem uma maior consistência interna e uma racionalização nos moldes dos mesmos princípios universais que orientaram o desenvolvimento histórico da cultura e da ética.

Já no outro oposto de sua teoria da racionalização, a qual ele define como a racionalização negativa, encontramos a metáfora da jaula de ferro da racionalidade. Essa constitui-se como um símbolo da modernidade, revelando a face negativa do processo de racionalização: a irracionalidade da racionalidade, expressa pelo enclausuramento do homem pela sua própria força libertadora.

Tal como observou, “(...) o puritano queria tornar-se um profissional, e todos tiveram que segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo o indivíduo nascido sob esse sistema, e não apenas daqueles diretamente atingidos pela aquisição econômica, e, quem sabe, o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. De acordo com a opinião de Baxter preocupações pelos bens materiais somente poderiam vestir os ombros do

⁵² cf. HABERMAS, Jürgen. The Theory of Communicative Action. Vol. I. *op. cit.* p. 236-240.

santo ‘como um ténue manto, do qual a toda hora se pudesse despir’. O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro”⁵³.

Weber acreditava que o processo de racionalização, embora trouxesse consequências bastante positivas para a sociedade, tais como o florescimento das atividades racionais nas esferas da vida e a libertação do homem da força do *encantamento*, esse revelava-se, de modo concomitante, como um processo reverso que tendia a afetar e mesmo enclausurar os motivos e os desejos humanos, desse mesmo processo imanados. O processo de racionalização, que em seus primórdios concentrou-se na expansão da cultura e da personalidade, na medida em que se expande e encontra as esferas do Estado e da economia, transforma-se e passa a ser conduzido pelos imperativos funcionais desses últimos, levando o homem a um verdadeiro processo de extinção espiritual, intelectual e moral. É esse mecanismo que vai fazer com que ele entenda a face negativa da racionalização como a dissolução das motivações culturais-religiosas e éticas originais no que convencionou chamar de um utilitarismo puro⁵⁴.

O próprio Weber, já no século XX perceberia essa face negativa e utilitarista do processo de racionalização da sociedade ao denunciar a situação dos trabalhadores no capitalismo monopolista de sua época.

Visto que, “(...) a relativa independência do artesão, do pequeno industrial doméstico, do camponês com terra própria, do mandatário, do nobre e do vassalo fundados no mesmo regime de propriedade das ferramentas de trabalho, as existências, os meios monetários ou as armas com que exerciam suas respectivas funções econômicas, políticas ou militares e dos que delas se mantinham. Por outro lado, a dependência hierárquica do operário, do empregado de escritório, do assistente técnico, do assistente acadêmico do instituto e do funcionário estatal e do soldado, exatamente do mesmo modo, devido ao fato de que os utensílios, existências e meios pecuniários indispensáveis para a empresa e sua existência econômica estão concentrados sob a faculdade de disposição do empresário, em um caso, e do soberano político em outro... Esse fundamento econômico decisivo, ou seja a ‘separação’ do trabalhador dos meios materiais de trabalho – dos meios de produção na economia, dos meios bélicos no exército, dos meios materiais administrativos na administração pública, e dos meios monetários em todos eles, dos meios de

⁵³ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. *op. cit.*, pp. 130-1.

investigação na universidade e no laboratório – é comum, como tal fundamento decisivo, tanto à empresa político militar estatal moderna como à economia capitalista privada. Em ambos os casos, a disposição dos ditos meios está em mãos do poder ao qual o aparato da burocracia (juizes, funcionários, oficiais, capatazes, empregados, suboficiais, etc...) obedece ou a cujo chamado atende; ao aparato igualmente característico de todas aquelas formações e cuja existência e função estão ligadas de modo indissolúvel, tanto como causa quanto como efeito, àquela ‘concentração dos meios materiais de exploração’ ou, o que é mais, cuja forma constitui. ‘Socialização’ crescente significa hoje, inexoravelmente, burocratização crescente. Também historicamente, o ‘progresso’ perante o burocrático, perante o Estado que julga e administra de acordo com um direito estatuído e a regulamentos concebidos racionalmente, está intimamente ligado com o desenvolvimento capitalista moderno. A empresa capitalista moderna permanece internamente ligada ao cálculo. Necessita para sua existência uma justiça e uma administração cujo funcionamento pode ser racionalmente calculado, pelo menos em princípio, por normas fixas gerais com tanta exatidão tal como se pode calcular o provável rendimento de uma máquina”⁵⁵.

É essa força irracional, oriunda da expansão desenfreada da racionalidade formal que vai caracterizar a própria prisão que, anteriormente, constituiu-se como a principal força libertadora do homem das obscuridades e das trevas irracionais do pensamento *mágico* tradicional. É nesse sentido que vai perceber que a razão humana acaba por se tornar a própria prisioneira, na jaula de ferro daquela que a criou.

É à partir desse sentido negativo do processo de racionalização, que o autor vai elaborar aquilo que convencionou chamar de *diagnóstico do nosso tempo*. Através deste, Weber, na medida em que percebe que a modernização se apresenta como uma decorrência do processo histórico universal de desencantamento, vai perceber que dela decorrem duas tendências negativas importantes: em primeiro, a diferenciação das esferas culturais de valor que se autonomizam, o que vai se constituir como um traço importante para a fase do nascimento do capitalismo (tese da perda de sentido); e, por fim, a independência dos sistemas de ação racional com respeito a fins, que ocorre do século XVIII até o desenvolvimento pleno da sociedade capitalista (tese da perda de liberdade). Em outras palavras, Weber quer mostrar, com o diagnóstico do nosso tempo, que o processo de modernização traz em seu bojo duas conseqüências

⁵⁴ cf. WEBER, Max. *Ibid.* p. 126-7.

muito negativas a serem pagas por nossa sociedade, sejam elas a perda de sentido e a perda de liberdade.

Com respeito à primeira tese, a da perda de sentido no mundo social como um preço a ser pago pela modernização, o autor percebe, ao longo do curso de seus estudos sociológicos da religião que, historicamente, o sacrifício da ética da fraternidade pelo puritanismo acaba por despersonalizar e rotinizar as ordens da vida econômica e política. O esvaziamento das grandes concepções de mundo produziu uma perda de sentido (*sinverlust*). O ganho em termos de domínio material sobre o mundo, contrasta com a perda do significado da vida, antes assegurado pelas significações religiosas.

A perda do sentido implica na impossibilidade da existência de uma unidade tanto ética quanto teórica no mundo moderno. O mundo racionalizado não tem mais sentido em si e as esferas de valor autonomizadas que poderiam ser produtoras de sentido estão em insuperável luta entre elas mesmas. A razão perde sua unidade e universalidade. Sua unidade não poderia ser mais reconstituída, na medida em que já não existiria nenhuma ordem legítima destinada à sua proteção.

Para o autor, a visão desencantada e pragmática do mundo, exclui a questão de saber se vale a pena ou não viver neste mundo. Uma vez que a ciência passa a possibilitar o domínio de todas as coisas pelo cálculo racional, esta, em contrapartida, não é capaz de oferecer orientação alguma para a vida. Tal como observou, “a ciência natural nos dá uma resposta para a questão do que devemos fazer se desejamos dominar a vida tecnicamente. Deixa totalmente de lado, ou faz as suposições que se enquadram nas suas finalidades, se devemos e queremos realmente dominar a vida tecnicamente e se, em última análise, há sentido nisso”⁵⁶. É desse modo pois, que o processo de racionalização torna a vida social esvaziada de sentido, uma vez que, como Weber observou, “o destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo ‘desencantamento do mundo’”⁵⁷.

Com relação a outra tese, a da racionalização enquanto perda de liberdade, Weber compreende que a despersonalização e a rotinização da vida são fenômenos

⁵⁵ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. *op. cit.* pp. 1062-3.

⁵⁶ WEBER, Max. A Ciência como Vocação. In: GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (Organização e Introdução). *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão Técnica de Prof. Fernando Henrique Cardoso. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. p. 171.

⁵⁷ *Idem*. p. 182.

que vão ser vistos como o ponto de chegada do processo de desencantamento do mundo e de institucionalização da racionalidade com respeito a fins em todos os âmbitos da vida social⁵⁸. A perda da liberdade expressa-se pois, pela autonomização do sub-sistema racional-instrumental, o qual, por sua vez, vai exercer uma ameaça constante à liberdade dos indivíduos sob seu domínio.

Uma das formas de manifestação desse fenômeno vai ser percebido, pelo autor, no processo de burocratização da vida. Visto por Weber como uma outra forma de desencantamento do mundo, a burocracia diz respeito ao modo de organização dos homens na sociedade. Por trazer consigo uma nova forma de organização, o fenômeno da burocratização é considerado pelo autor como fundamental para a compreensão da sociedade moderna. Muito embora esse não fosse um conceito exclusivo de Weber, nem muito menos ao Ocidente e à administração pública deste, uma vez que essa forma de organização burocrática já fosse encontrada em países asiáticos, tais como a China e a Índia antigas, ele entendia de esse conceito de burocracia era igualmente aplicável – ou mesmo demonstrável historicamente – às empresas ocidentais que perseguiram objetivos privados, ideais e materiais, tais como o Estado, as grandes empresas capitalistas, os partidos e mesmo as outras de ordem religiosa.

A concepção weberiana de burocracia corresponderia a uma forma de organização e de gestão da produção que se estende a todas as formas de organização moderna e que integra a dimensão da racionalização sobre a esfera do trabalho. Para ele, esse tipo de administração representa o tipo puro da dominação legal ou racional e, também, representa a forma mais justa e a mais eficaz de dominação ou de autoridade. Em outras palavras, ela apresenta-se como o instrumento de excelência da ação racional⁵⁹, com uma dominação de tipo niveladora, plutocrática e impessoal,

⁵⁸ cf. PINTO, F. Cabral. Leituras de Habermas: Modernidade e Emancipação. Coimbra, Fora do Texto, 1992.

⁵⁹ Essa concepção weberiana da burocracia como instrumento de excelência da ação racional aplicado ao funcionamento das empresas acabou por gerar dentro do campo sociológico, em específico àquele da sociologia das organizações, uma grande polêmica e controvérsia. Nessa tradição científica a tese de Weber será posta em questionamento, uma vez que a análise do funcionamento burocrático mostrou que essas estruturas revelaram muito mais disfunções do que propriamente a eficácia. Já nos anos 20, a célebre pesquisa de Elton Mayo e o Movimento de Relações Humanas revelou a existência de uma estrutura informal que explicava o comportamento dos trabalhadores segundo uma lógica do sentimento, em paralelo e em concorrência com a organização formal, baseada numa lógica de otimização do custo e de eficácia. Adiante, nos anos 40 e 50 uma série de pesquisas de natureza funcionalista questionam esse paradigma weberiano. Robert Merton, lança o conceito de personalidade burocrática para designar o comportamento disfuncional dos membros das organizações. Alvin Gouldner, ao estudar uma empresa industrial mostra como a reorganização em um sentido racional-legal evolui para um fracasso ao tentar suprimir as estruturas tradicionais de relações pessoais. Peter Blau, através do estudo de uma agência de empregos, mostra que as organizações burocráticas criam

cujas características ou traços distintivos foram assim expressos: a) seus membros ou funcionários constituem-se como profissionais, qualificados, recrutados e remunerados para o exercício de funções específicas do modo de dominação; b) cada um desses membros ocupa um emprego ou posição definida em uma hierarquia de status; c) o poder é fundado sobre a competência e não pelo costume ou pela força; d) o funcionamento burocrático inscreve-se num modelo de regulamentação impessoal, no qual abdica-se da arbitrariedade, do clientelismo ou de decisões não fundadas na razão do direito; e) a execução prática das tarefas é dividida em funções especializadas com contornos metodicamente definidos; f) o comando e o controle são atividades garantidas pela existência de uma hierarquia, e; g) o encarreiramento é regulado por critérios objetivos, tais como a antigüidade, a qualificação e a competência, com vistas à limitação de favoritismos pessoais⁶⁰.

Em linhas gerais, a burocratização permite que a esfera da produção econômica capitalista se organize com o auxílio de empresários orientados pelo cálculo racional e que a esfera da administração pública se organize burocraticamente, com o auxílio de funcionários especializados com base em sua formação jurídica (*Anstalt*), o que permite a essas organizações desenvolver um alto grau de especialização em seu interior e de autonomia em relação a seu exterior.

Isto posto, Weber percebe que a autonomização dos subsistemas de ação racional com respeito a fins representa uma ameaça para a liberdade dos indivíduos. Assim, a burocracia, na medida em que ela se constitui como um sistema que se

estruturas de disfunções, de funções latentes e de contorno das regras formais como forma de regulação de seus problemas internos. Philip Selznick, ao estudar os projetos de desenvolvimento da Tennessee Valley Authority mostra o quanto uma organização pode ser desviada de seus objetivos particulares em função das estruturas de poder geradas no interior da organização e das pressões dos grupos sociais a ela externos. James March e Robert Simon, ao estudarem os comportamentos humanos de uma organização percebem os limites da racionalidade organizacional em função da imperfeição das informações e das pressões externas. Michel Crozier, ao estudar diferentes tipos de burocracias, percebe que bem distante dos objetivos das organizações os atores empregam suas próprias estratégias de poder e não controláveis pela organização. Para um maior aprofundamento dessas teses, veja-se: MAYO, Elton. *The Human Problems of an Industrial Civilization*. New York, The MacMillan Co., 1933; MAYO, Elton. *The Industrial Worker*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1938; MAYO, Elton. *The Social Problems of an Industrial Civilization*. Boston, Harvard University Press, 1945; MERTON, R. K. *Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique*. (1949). Paris, Plon, 1965; GOULDNER, A. W. *Patterns of Industrial Democracy*. Glencoe, Free Press, 1954; BLAU, P. *The Dynamics of Bureaucracy*. Chicago, The University of Chicago Press, 1955; BLAU, P. *Bureaucracy in Modern Society*. New York, Random House, 1956; SELZNICK, Philip. *TVA and the Grass Roots*. Berkeley, Berkeley University Press, 1949; MARCH, J. & SIMON, H. *A Teoria das Organizações*. (1958). Tradução de Hugo Warlich. Segunda Edição. Rio de Janeiro, FGV, 1970; CROZIER, Michel. *Le Phénomène Bureaucratique*. Paris, Seuil, 1964.

⁶⁰ cf. WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. *op. cit.* p.

orienta e se expande com base em uma racionalidade de tipo instrumental, ela encerra em si essa ameaça do enclausuramento e da perda da liberdade.

Segundo Weber, este seria o preço a ser pago pelo progresso advindo com a racionalização: um mundo desencantado, sem liberdade, uma *jaula de ferro* e utilitarista.

II.1.3 – Karl Mannheim: Desaparecimento das Ideologias e das Utopias

Uma outra importante contribuição para a compreensão do fenômeno da racionalização vai ser dada pelo trabalho de Karl Mannheim. Embora tomando como ponto de referência o aparato teórico-conceitual de Max Weber sobre a racionalização, bem como uma parte significativa do trabalho de George Simmel acerca do conceito de racionalidade, Mannheim vai desenvolver sua abordagem da racionalização em duas fases distintas. Na primeira fase, que corresponde ao trabalho *Ideologia e Utopia* (1932/36)⁶¹, o autor procurou trabalhar o conceito de racionalização à partir de uma rígida distinção entre racionalidade e irracionalidade, a qual será revista, refinada e alterada na segunda fase de seu trabalho.

Nessa fase anterior, Mannheim procura definir a esfera racional da sociedade como um “conjunto de procedimentos estabelecidos e rotinizados para lidar com situações que se repetem de uma maneira ordenada”⁶². Esses procedimentos vão ser vistos como formas de controle e formas de lidar com as situações periódicas ou cotidianas da sociedade. Assim, para ele, os atores sociais que seguem esses procedimentos comportam-se de forma racional.

Por outro lado, a esfera do irracional vai ser definida de modo residual: esse corresponderá ao domínio no qual denota-se a ausência dos procedimentos racionais. O objetivo da racionalização será o de criar cada vez mais novos procedimentos de modo a cobrir tantas novas situações quanto possível e, assim, a eliminar os domínios irracionais. Esse argumento é por ele tomado em consideração uma vez que, em seu

⁶¹ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 4ª edição. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986. Edição Original: *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*. New York: Harcourt, Brace and World, 1936.

tempo, ele percebia que as esferas irracionais sempre predominaram sobre os setores racionais da sociedade: “por mais racionalizada que nossa vida possa parecer ter-se tornado, todas as racionalizações que até aqui se deram são meramente parciais, uma vez que as mais importantes esferas de nossa vida social se acham ainda agora presas ao irracional”⁶³.

Mannheim discutiu os diversos setores nos quais viu que a irracionalidade continuava a predominar. A economia era dominada pelo que considerava como a competição livre irracional. De modo similar, no sistema de estratificação, o lugar do indivíduo continuava a ser determinado pela competição e a luta irracional e não por objetivos racionais que decidiam a posição no sistema. E, na política, o planejamento racional ainda não estava apto a eliminar a luta irracional da dominação nos níveis nacional e internacional. Para ele, a solução ao problema da irracionalidade residia no planejamento centralizado. Esse poderia garantir os procedimentos estabelecidos e rotinizados capazes de tornar uma maior racionalização possível. Uma vez que o irracional tendia a predominar, ele procurou associar a idéia de que a racionalização é um processo que penetrou por vários setores da sociedade e que, provavelmente, permitiria que outros entrassem sob o seu regime no futuro. Em outras palavras, o irracional tende a ser retirado face ao avanço progressivo do racional. Tal como pontuava, “a característica básica da cultura moderna é a tendência a absorver o máximo possível na esfera do racional, submetendo-o ao controle administrativo – e, por outro lado, a reduzir o elemento irracional à insignificância”⁶⁴.

Em razão do caráter otimista dessa visão do irracional, Mannheim foi forçado a reverter esse ponto de vista face à crescente prevalência das irracionalidades, tais como a depressão econômica, a guerra e o Fascismo. Tornou-se difícil sustentar que as irracionalidades estavam desaparecendo. Ele percebeu que a racionalidade não poderia avançar por si própria, mas que deveria ser constantemente guiada pelo planejamento. Além disso, na medida em que refinou e alterou seu sentido de racionalidade, ele viu que o progresso de pelo menos um tipo de racionalidade deveria de fato uma causa maior de pelo menos algumas dessas irracionalidades.

Nessa primeira fase de seu trabalho percebe-se que, para o autor, a racionalização envolve o comportamento que se encontra de acordo com algum

⁶² *Ibid.* p. 139.

⁶³ *Ibid.* p. 141.

⁶⁴ *Ibid.* p. 140.

quadro ou estrutura racional. Atores racionais seguem prescrições definidas “não requerendo nenhuma decisão pessoal”⁶⁵. A imagem é a do ator seguindo as ordens de uma estrutura burocrática organizada (a fonte do controle administrativo, procedimentos estabelecidos e rotinizados) e é sustentada pelos exemplos dados pelo próprio Mannheim – funcionários insignificantes (não-graduados), juizes, trabalhadores fabris e operários. Tal como Weber, ele enfatizou a importância das burocracias, porém com um menor peso e apelando sempre para a implementação de procedimentos estabelecidos e rotinizados.

Ainda sim, outro aspecto importante de seu pensamento é o fato de que ele contrasta ação racional com conduta, a qual começa na “(...) área ainda não penetrada pela racionalização, onde somos forçados a tomar decisões em situações até então não submetidas à regulamentação”⁶⁶. A conduta é associada com a esfera irracional e ele sustenta a visão que essa, tal como a irracionalidade, será o mais cedo ou o mais tarde limitada ou mesmo eliminada pelo processo de racionalização. Nesse sentido, um sem fim de regras, regulamentos, normas e outros instrumentos aumentariam de modo considerável a regulação do comportamento humano nos sistemas. Assim, acredita Mannheim, existiria um declínio da irracionalidade.

Já na segunda fase de seu trabalho, a qual se caracteriza como a referência mais importante de sua conceitualização sobre a racionalização, o autor, na obra *O Homem e a Sociedade (1935/40)*⁶⁷, vai ampliar essa dicotomia racionalidade/irracionalidade como a via de explicação desse fenômeno na sociedade. Apoiando-se e, de certo modo traçando um paralelo metodológico com Weber, ou seja, utilizando a distinção weberiana das racionalidades substantiva e formal, ele postulava que ambas a racionalidade e a irracionalidade poderiam ser subdivididas em dois níveis distintos: o substancial e o funcional. A racionalidade e a irracionalidade substancial lidariam diretamente com o pensamento, ao passo que o conjunto funcional estaria diretamente relacionado com a ação humana.

A racionalidade substancial é definida como “(...) um ato de pensamento que revela um *insight* inteligente nas inter-relações de eventos em uma dada situação”⁶⁸. De modo diferente de sua primeira concepção, a racionalidade, nesta, envolve o

⁶⁵ *Ibid.* p. 141.

⁶⁶ *Ibid.* pp. 140-1.

⁶⁷ MANNHEIM, Karl. *O Homem e a Sociedade: Estudos sobre a Estrutura Social Moderna*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. Edição Original: *Man and Society in an Age of Reconstruction*. New York, Harcourt, Brace and World, 1940.

pensamento inteligente e refere-se a um conceito micro-subjetivo, relacionado de modo mais puro a processos de pensamento individual, estando aí incluído o grande aparato social onde se insere o indivíduo.

A racionalidade funcional, já por outro lado aproximando-se mais de sua definição primeira acerca da racionalidade, estaria relacionada a uma “série de ações (...) organizadas de tal modo a levar à consecução de um objetivo previamente definido, todo elemento dessa série de ações, recebendo uma posição funcional e um papel”⁶⁹. Assim, a série de ações é vista como funcionalmente racional, no sentido de que cada indivíduo tem um determinado papel a cumprir na obtenção de seus objetivos, muito embora esses possam ser de natureza racional ou irracional. Nesse sentido, essa definição aproxima-se com o sentido weberiano da racionalidade formal, uma vez que a eficiência constitui-se como uma característica dessa última, pois “uma organização funcional de uma série de ações vai atingir seu estágio máximo quando, de modo a atingir o objetivo específico, ela coordena os meios de forma mais eficiente”⁷⁰.

Isto posto, um dos pontos centrais da abordagem de Mannheim reside no argumento de que o processo de industrialização ao qual se submeteu nossa sociedade levou a um crescimento da racionalização funcional e, não necessariamente, da racionalização substancial, pois tal como observou “(...) quanto mais industrializada a sociedade e quanto mais avançada a sua divisão do trabalho e organização, maior será o número de esferas da atividade humana que serão funcionalmente racionais e conseqüentemente calculáveis. Considerando que o indivíduo nas antigas sociedades agia apenas de modo ocasional e em esferas limitadas de um modo racionalmente funcional, na sociedade contemporânea ele é compelido a agir dessa forma em cada vez mais esferas da vida”⁷¹. Visando explicitar e tornar mais claro esse predomínio de uma sobre a outra, o autor vai mais além e afirma que a racionalização funcional tendeu a *paralisar* a racionalização substancial, levando os indivíduos a se tornarem, cada vez mais, menos aptos para o uso de seus julgamentos de forma independente. Em comparação a Weber, Mannheim retoma aqui o argumento da irracionalidade da racionalidade, isto é, do declínio da racionalidade substancial como conseqüência irracional do aumento da racionalidade funcional.

⁶⁸ *Ibid.* p. 53. *A tradução e o grifo são nossos.*

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ *Ibid.*

Tal efeito *paralisador* da razão substancial teria, para as sociedades, segundo Mannheim, conseqüências desastrosas. Uma vez mais, aqui, ele se aproxima de Weber, pois para ambos os autores partilham um sentido comum de que ao longo do tempo a racionalidade formal/funcional caminharia para dominar, imobilizar e até mesmo paralisar a racionalidade substantiva/substancial. Ao passo em que Weber examina essa conseqüência em termos da perda dos valores humanos, Mannheim se coloca de forma mais pontual e percebe essa em termos da perda da habilidade e da capacidade de pensamento por parte dos atores sociais em função do desenvolvimento das ações funcionais.

Sobre a extensão dessa argumentação Mannheim vai mais além e a coloca sob o ponto de vista da análise dos comportamentos sociais. Assim percebe que as conseqüências da racionalização funcional estariam afetando as pessoas nas organizações. Na dependência direta de sua posição na organização os indivíduos tenderiam a apresentar efeitos diferenciais: aqueles no topo da organização tenderiam muito mais a apresentar uma racionalidade de tipo substancial, ao passo que essa nos níveis mais inferiores tenderia a ser menor, uma vez que a capacidade de decisão de tipo independente seria muito mais restrita àqueles que se encontram nos níveis organizacionais mais elevados. Mannheim via nesse mecanismo uma rica fonte de desastrosos problemas para os indivíduos que se achavam nos níveis inferiores das organizações, fora das esferas decisórias, pois o indivíduo “(...) torna-se crescentemente acostumado a ser conduzido pelos outros e gradualmente abandona suas próprias interpretações das situações em detrimento à dos outros. Quando o mecanismo racionalizado da vida social falha nos tempos de crise, o indivíduo não pode mais recuperá-la por si mesmo. Assim a sua própria impotência o reduz a um terrível estado de desamparo”⁷².

Um outro ponto ainda importante dessa teoria da racionalização de Mannheim e que, de certo modo, também encontra uma correspondência com a teoria weberiana da racionalidade, refere-se ao progressivo desencantamento do mundo. Ao passo em que Weber o identificava como um progressivo abandono do mágico e do encantado no pensamento humano, Mannheim o percebia como um progressivo desaparecimento de ambas as ideologias e utopias. Ele via esse fenômeno como um movimento em direção a um mundo, no qual, “(...) todas as idéias teriam sido desacreditadas e todas

⁷¹ *Ibid.* p. 55.

as utopias destruídas”⁷³. Assim ele o descreve como um “processo de completa destruição de todos os elementos espirituais, os utópicos bem como os ideológicos (...) a emergência de uma ‘constatação de fato’ (*Sachlichkeit*) na vida sexual, na arte e na arquitetura e a expressão dos impulsos naturais nos esportes”⁷⁴.

Desse modo, assim percebia: “(...) é possível, portanto, que no futuro, em um mundo em que nunca haja nada de novo, em que tudo esteja terminado, sendo cada momento uma repetição do passado, venha a existir uma condição em que o pensamento seja completamente despido de quaisquer elementos ideológicos e utópicos. Mas a completa eliminação de elementos transcendentais à realidade, em nosso mundo, nos levaria a uma ‘constatação de fato’ que significaria, em última análise, a decomposição da vontade humana. Neste aspecto reside a mais essencial diferença entre estes dois tipos de transcendência à realidade: enquanto o declínio da ideologia representa apenas uma crise para certos estratos, e a objetividade que nasce do desmascaramento das ideologias sempre assume a forma de um auto-esclarecimento para a sociedade como um todo, a completa desapareição do elemento utópico do pensamento e da ação humanos significaria que a natureza e o desenvolvimento humanos iriam assumir um caráter totalmente novo. A desapareição da utopia ocasiona um estado de coisas estático em que o próprio homem se transforma em coisa. Iríamos, então, nos defrontar com o maior paradoxo imaginável, ou seja o do homem que, tendo alcançado o mais alto grau de domínio racional da existência, se vê deixado sem nenhum ideal, tornando-se um mero produto de impulsos. Assim, ao término de um longo e tortuoso, mas heróico desenvolvimento, justamente no mais elevado estágio de consciência, quando a história vai deixando de ser um destino cego e se tornando cada vez mais uma criação do próprio homem, o homem perderia, com o abandono das utopias, a vontade de plasmar a história e, com ela, a capacidade de compreendê-la”⁷⁵.

Embora a idéia de Mannheim acerca do desencantamento do mundo, se comparada a de seu inspirador direto, Weber, apresente um caráter mais diminuto - uma vez que ele não se propõe a compreender o papel do surgimento e do desenvolvimento da burocracia, tal como o segundo assim o fez -, sua tese ganha uma maior dimensão na compreensão do fenômeno da racionalização por outros aspectos.

⁷² *Ibid.* p. 59.

⁷³ *Ibid.* p. 279.

⁷⁴ *Ibid.* p. 279.

Ele vai mais além do conceito de racionalização substancial e coloca em pauta o fenômeno da auto-racionalização ou, em outras palavras, “(...) o controle sistemático pelo indivíduo, de seus próprios impulsos”⁷⁶. De fato, esse fenômeno é por vezes descrito como um tipo de racionalização funcional, ou tal como o próprio Mannheim o percebia, no sentido de um todo intimamente interrelacionado, uma vez que “(...) a racionalização funcional de atividades objetivas, no final das contas, acabava sempre por dizer respeito à auto-racionalização”⁷⁷. Ele percebia que altos níveis de racionalização global tendiam sempre a se desenvolver quando ambas a racionalização funcional e a auto-racionalização ocorressem de modo conjunto. Assim, tal era o caso dos corpos administrativos e das grandes organizações por ele observadas. Nessas instituições o controle externo das regras e regulamentos organizacionais era complementado pela auto-racionalização, especialmente no caso dos membros internos e de suas carreiras. Para ele, essa última prescrevia “(...) não somente o processo cotidiano do trabalho mas também a regulação prescritiva de ambas as idéias e sentimentos que eram permitidos ao indivíduo possuí-los bem como também o seu tempo ocioso”⁷⁸. Assim, a auto-racionalização serviria para exercer um tipo de controle sobre os aspectos subjetivos problemáticos - tais como as idéias, os sentimentos e o tempo ocioso do indivíduo - onde a racionalização funcional não fosse capaz de alcançar.

Percebe-se que com esse argumento Mannheim lança mão de um conceito mais avançado de racionalização indo além dos limites da racionalização funcional. Esse último, em seu entender, destina-se a exercer um amplo controle externo sobre as ações micro-objetivas e tem um efeito muito rarefeito ou absolutamente nenhum sob os processos cognitivos micro-subjetivos. Em um sistema de natureza eminentemente funcional, tal como uma organização do regime capitalista, os trabalhadores subordinados não são creditados a agir de acordo com seus próprios interesses mas sim de acordo com os interesses maiores da instituição. Esse sistema funcional racional demanda a existência de mecanismos de controle externo, tais como regras, normas, regulamentos, supervisão e controle tecnológico, os quais se colocam sempre acima da vontade de seus membros. Todavia esse sistema é sempre oneroso e nem sempre seguro, uma vez que os trabalhadores, mesmo que motivados para tal, acabam

⁷⁵ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. *op. cit.* p. 285.

⁷⁶ MANNHEIM, Karl. *O Homem e a Sociedade*. *op. cit.* p. 55.

⁷⁷ *Ibid.* p. 56.

sempre, por razões eminentemente subjetivas, ludibriando essas rotinas de controle das organizações. É nesse sentido, que a auto-racionalização se estabelece: ela constitui-se como um complemento necessário da racionalização funcional de modo a tornar esses comportamentos subjetivos melhor palpáveis e manipuláveis.

É importante frisar que essa construção de Mannheim não se constitui sob um vazio intelectual, mas sim, ela é fruto da observação das práticas gerenciais nas organizações de sua época. O conceito da auto-racionalização é concorrente ao auge do movimento da Escola de Relações Humanas, de Mayo, Roethlisberger, Dickinson, White e seus colaboradores. Essa ideologia gerencial, ao tornar conhecido os chamados *factores humanos* e conceituar a fábrica como um *sistema social*, nada mais visava do que fazer com que o trabalhador pudesse intensificar sua produtividade individual através de sua própria concordância e não pela coerção forçosa da gerência. Em outras palavras, para esse movimento, nada mais se visava do que uma alteração momentânea na consciência dos trabalhadores.

Embora esse conceito de auto-racionalização seja de extrema importância e relevância na teoria da racionalização de Mannheim, ele não é o único capaz de exprimir a maior e a mais extrema forma de racionalização. Há ainda um outro conceito que compartilha essa condição e que o autor denomina de auto-observação. Conforme ele observou, ao passo que a auto-racionalização engloba um “(...) processo de treinamento mental, subordinando minha motivação interna a um objetivo externo. A auto-observação, por outro lado, é muito mais do que uma forma de treinamento mental. A auto-observação objetiva principalmente a auto-transformação interna. O homem reflete sobre si mesmo e suas ações principalmente em prol de sua remodelação ou transformação de forma radical”⁷⁹. Assim, embora produto de seu tempo, com este ele acreditava que o movimento de racionalização fosse capaz de se estender e fazer com que o trabalhador pudesse caminhar no sentido de uma transformação interna, em prol dos interesses maiores da organização na qual se inserisse. Em outras palavras, ele acreditava que esse processo de auto-observação (auto-transformação) pudesse fazer com que o indivíduo rendesse a sua individualidade e o tornasse um elemento mais incorporado e mais permissível aos interesses da organização.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.* p. 57.

À guisa de uma síntese acerca da racionalização vista pelo ângulo da racionalidade, Mannheim a percebe como uma hierarquia ou mesmo uma tendência histórica partindo da racionalização substancial, indo em direção a racionalização funcional, passando pela auto-racionalização e atingindo o estágio final da auto-observação. Para ele a modernidade da sociedade industrial seria alcançada através desse processo de mudança. Quanto mais complexas as atividades industriais e a sociedade iam se tornando, cada vez mais elas passariam a requerer transformações de auto-racionalização e auto-observação. Desse modo, com o advento gradual desses estágios, cada vez maior seria a capacidade desses em controlar os indivíduos de forma melhor, mais eficiente e, principalmente, capacitá-los a se adaptar de modo mais rápido a novas situações complexas.

II.1.4 – Escola de Frankfurt: Razão Instrumental e Dominação

Uma outra importante contribuição à discussão e à compreensão do desenvolvimento do conceito de racionalização é dada pelos teóricos da chamada Escola de Frankfurt. Muito embora a racionalização não tenha sido um conceito central no pensamento da Escola, tal qual o nível de intensidade que esse alcançou na teoria weberiana, ela de certo modo acata e toma como referência essa última. Em linhas gerais, para os frankfurteanos a racionalização estaria na ordem direta de uma justificação de algumas práticas de dominação consideradas como necessárias ao progresso e ao desenvolvimento social, ocultando entretanto os verdadeiros interesses da classe dominante.

Ao tomar como fio condutor de sua leitura um paradigma humanista radical, esses autores vão criticar a racionalidade inerente ao modo de produção capitalista – na qual a racionalidade dos meios técnicos e a racionalidade da dominação se confundem –, e as suas conseqüências e seus efeitos para o homem na moderna sociedade industrial. Essa crítica vai ser erigida em torno daquilo que designaram de razão ou racionalidade instrumental, ou seja, aquela que considera a realidade, o mundo natural, como objeto de conhecimento pela ciência, com o objetivo de levar a

um controle e a uma dominação pela técnica dos processos naturais, submetendo-os aos interesses da produção industrial. A concepção instrumentalista de razão e de ciência é, portanto, criticada tendo em vista os efeitos e conseqüências da submissão da razão científica aos interesses da ideologia da dominação técnica.

Nas premissas dessa corrente, observa-se uma certa ambivalência entre a tese weberiana da racionalização e a sua crítica da razão instrumental. O ponto comum entre Horkheimer e Weber parte da idéia segundo a qual a racionalidade formal constitui-se como um fundamento da cultura industrial contemporânea⁸⁰. Na teoria da racionalidade formal, Weber “(...) reuniu as determinações que tornam possível a ‘calculabilidade’ das ações: sob o aspecto instrumental, é a eficácia dos meios disponíveis, e sob o aspecto estratégico, é a exatidão da escolha dos meios, considerando a preferência dos meios e as condições dos dados”⁸¹. Em outras palavras, é através do princípio da racionalidade da escolha que chegaremos sobre a noção de racionalidade formal, assim utilizada por Weber como sinônimo de racionalidade orientada a um fim. Já em Horkheimer, a ênfase é dada na perda da racionalidade que intervém na medida em que as ações somente podem ser apreciadas, planejadas e justificadas sob os aspectos cognitivos. Assim, Horkheimer coloca a racionalidade orientada a um fim no mesmo plano da razão instrumental.

De um certo modo, os teóricos frankfurtianos rejeitam essa espécie de idealização do racionalismo tal qual o encontramos de modo explícito em Weber e em menor grau em Marx. Torna-se, portanto, visível que “(...) o processo de racionalização da época moderna e, através dele, a burocracia, o direito formal, enfim todas as instituições formalizadas da sociedade moderna são manifestações dessa razão fundadora de unidade, objetivante, controladora e disciplinadora. (...) Essa razão tem sua própria imagem da história: aquela do progresso, tal como pré-figurada no incansável progresso técnico e econômico da sociedade moderna”⁸². Ainda, para Weber, o processo de racionalização do mundo moderno foi, em larga medida, um processo de sistematização, tanto no plano do saber como no da ação. Não obstante, encontramos em Adorno essa conceituação weberiana de “(...) uma ligação teórica e prática entre racionalidade e sistema, porém procedendo em um sentido à uma

⁸⁰ cf. HABERMAS, J. 1987, T. I, p. 352.

⁸¹ *Ibid.* p. 352.

⁸² WELLMER, A. Dialectique de la Modernité et de la Postmodernité. La Critique de la Raison après Adorno. In: Les Cahiers de Philosophie, no. 5. 1988. p. 146.

inversão de significado ou direção uma vez que ele destaca o lado delirante da coerção sistêmica”⁸³.

Habermas observa que esses teóricos tentaram reatar a crítica da dominação a uma crítica não irracional da razão técnica ou instrumental. Assim, “(...) sob o marco de uma razão instrumental autonomizada, a racionalidade do controle da natureza é fundida com a irracionalidade da classe dominante. (...) A dialética da razão líquida a ambivalência que conduzia ainda Max Weber face aos processos de racionalização, e reverte sem hesitação a apreciação positiva de Marx”⁸⁴.

Destarte, ao recusar a ruptura com a ambição racional, a crítica da razão instrumental reside no fato de que essa razão guardaria em si mesma os germes da dominação das sociedades⁸⁵.

“(...) Na realidade social, a dominação do homem pelo homem ainda é, a despeito de toda transformação, o contínuo histórico que une Razão pré-tecnológica e Razão tecnológica. Contudo, a sociedade que projeta e empreende a transformação tecnológica da natureza altera a base da dominação pela substituição gradativa da dependência pessoal (o escravo, do senhor; o servo do senhor da herdade; o senhor, do doador do feudo etc.) pela dependência da ‘ordem objetiva das coisas’ (das leis econômicas, do mercado etc.). Sem dúvida, a ‘ordem objetiva das coisas’ é, ela própria, o resultado da dominação, mas é, não obstante, verdade que a dominação agora gera mais elevada racionalidade – a de uma sociedade que mantém sua estrutura hierárquica enquanto explora com eficiência cada vez maior os recursos naturais e mentais e distribui os benefícios dessa exploração em escala cada vez maior. Os limites dessa racionalidade e sua força sinistra aparecem na escravização progressiva do homem por um aparato produtor que perpetua a luta pela existência, estendendo-o a uma luta total internacional que arruina a vida dos que constróem e usam esse aparato”⁸⁶.

Conforme observado por Marcuse, a racionalidade tecnológica e a dominação tecnológica constituíram-se como conceitos fundamentais para a compreensão do capitalismo moderno e a sociedade industrializada. A racionalidade tecnológica estabelece uma atitude com relação à vida social e à natureza, na qual o controle

⁸³ VINCENT, J. M. Critique du Travail: Le Faire et l’Agir. Paris, PUF, 1987. p. 14.

⁸⁴ HABERMAS, J. 1987, T. I. p. 160.

⁸⁵ cf. DURAND, J. -P.; & WEIL, R. La Sociologie Contemporaine. 2eme édition revue et augmentée. Paris, Vigot, 1997. p. 301.

instrumental, amparado pelo conhecimento tecnológico e científico, é um componente fundamental. Nesse espírito, os processos de maximização de recursos, a minimização da escassez econômica e outros problemas relativos ao relacionamento homem/natureza tornam-se conceitos centrais para a sua compreensão e desenvolvimento nesse enfoque científico e tecnológico. Isto posto, essa racionalidade tecnológica, ou assim dita instrumental, constitui-se como um modelo de prática social onde os problemas são definidos em termos técnicos e são resolvidos com o apoio do conhecimento científico e tecnológico avançados.

A sofisticação da técnica e da ciência moderna, no seu entender, vão se constituir como os mecanismos que vão dar suporte a essa dominação do homem pelo homem, garantindo sua legitimidade através da ampliação das comodidades da vida e da produtividade do trabalho pois, tal como percebeu, “(...) os princípios da ciência moderna foram uma estrutura apriorística de tal modo que puderam servir de instrumentos conceptuais para um universo de controle produtor automotor; o operacionalismo teórico passou a corresponder ao operacionalismo prático. O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu, assim, tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem *por meio* da dominação da natureza. A razão teórica, permanecendo pura e neutra, entrou para o serviço da razão prática. A fusão resultou benéfica para ambas. Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas *como* tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura. Nesse universo, a tecnologia também garante a grande racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade ‘técnica’ de a criatura ser autônoma, de determinar a sua própria vida. Isso porque essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. A racionalidade tecnológica protege, assim, em vez de cancelar, a legitimidade da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade racionalmente totalitária”⁸⁷.

O mesmo autor, por diversas vezes, denuncia e questiona essa influência totalizante da racionalidade instrumental na sociedade de nosso tempo. Assim, tal

⁸⁶ MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional. 4ª edição (1ª edição 1964). Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973. p. 142.

⁸⁷ *Ibid.* pp. 153-4.

como brilhantemente observou, “(...) a sociedade se reproduz num crescente conjunto técnico de coisas e relações que inclui a utilização técnica do homem – em outras palavras, a luta pela existência e a exploração do homem e da natureza, tornam-se cada vez mais científicas e racionais. O duplo significado de ‘racionalização’ é relevante neste contexto. A gerência científica e a divisão científica do trabalho aumentaram enormemente a produtividade do empreendimento econômico, político e cultural. Resultado: o mais elevado padrão de vida. Ao mesmo tempo, e com os mesmos fundamentos, esse empreendimento racional produziu um padrão de mente e comportamento que justificou e absolveu até mesmo as particularidades mais destrutivas e opressivas do empreendimento. A racionalidade e a manipulação técnico-científicas estão fundidas em novas formas de controle social. Pode alguém contentar-se com a suposição de que esta consequência anticientífica seja o resultado de uma *aplicação* social específica da ciência?”⁸⁸.

Além dessa contradição explícita que se funda entre os interesses guiados pela razão instrumental e os valores humanos das sociedades industriais, o autor afirma ainda que esse tipo de racionalidade tende a tornar-se totalitária em sua ampla abrangência. Nesse sentido, “(...) a linguagem multidimensional é transformada em linguagem unidimensional, na qual significados diferentes e em conflito não mais se interpenetram, sendo mantidos separados; a dimensão histórica explosiva do significado é silenciada”⁸⁹.

Essa racionalidade tende a criar um pensamento unidimensional, uma sociedade unidimensional e um ser humano unidimensional, ou seja, um tipo de pensamento sem negações e sem dialética. A ideologia da racionalidade instrumental penetra a mente das pessoas e passa a exercer uma influência crescente sobre elas.

Ele percebia que o regime capitalista moderno, com todo o seu aparato de produção e distribuição em massa, apoiado cientificamente pelos instrumentos da psicologia e das tecnologias de comunicação era capaz de criar um tipo de controle social que *engolia* a pessoa humana, e mesmo a sua estrutura mental. A consequência maior desse tipo de capitalismo seria a criação, por parte deste, de uma segunda natureza humana, na qual o homem seria moldado, tal como um produto, de modo agressivo e mesmo libidinoso. Essa nova face humana serviria não somente para a ideologia da tecnologia, mas exclusivamente para a sua própria legitimação, para a

⁸⁸ *Ibid.* pp. 143-4.

preservação da ordem social criada, e para o bloqueio de toda e qualquer negação dela advinda.

Marcuse via a racionalidade instrumental não somente nos termos de sua abrangência à esfera da produção, mas sim ao nível de toda a sociedade. Uma vez que a vida social e privada se viam afetadas em seus mais distintos níveis por essa racionalidade e pelo aparato metodológico científico a ela inerente, a questão não poderia ser remetida unicamente às esferas da produção e do trabalho.

Nessa mesma perspectiva de abrangência social, porém sob um outro ponto de vista, Habermas, um outro teórico da Escola (por senão, seu herdeiro), procura fazer uma distinção fundamental entre os sistemas de ação racional (instrumental) e os sistemas de ação simbólica⁹⁰. Para ele, o mundo instrumental caracterizar-se-ia pela atividade humana governada por regras técnicas baseadas em conhecimentos empíricos, e o mundo da interação simbólica, pelas ações e condições socioculturais envolvendo normas e estruturas de referência para as atividades humanas. Assim, para ele, os indivíduos sob o regime da sociedade capitalista moderna, a qual se caracterizava pela alta tecnologia, perderiam suas percepções da diferenciação entre os sistemas de ação instrumental e os de ação interativa. Em outras palavras, com a institucionalização do progresso técnico e científico, o potencial das forças produtivas assumiria uma forma na qual os homens perderiam a consciência do dualismo entre trabalho e interação. A estrutura institucional de referência da sociedade tenderia, de modo gradual, a ser absorvida pelos sub-sistemas de natureza instrumental. A dominância desses sub-sistemas atuaria como uma ideologia legitimadora de novas políticas. Essas seriam tratadas como problemas técnicos, bloqueando pois, as questões associadas com as razões práticas.

Tal como observou, “(...) acompanhamos o processo da ‘racionalização de cima para baixo’ até o ponto em que a própria técnica e a própria ciência começam a assumir, na forma de uma consciência comum positivista – articulada como consciência tecnocrática –, o valor histórico de uma ideologia-sucedâneo das ideologias burguesas desmontadas”⁹¹.

Assim, sob essa ótica, as fórmulas técnico-científicas utilizadas como solução de problemas da sociedade suplantam discussões políticas e legitimam-se por si

⁸⁹ *Ibid.* p. 186.

⁹⁰ cf. HABERMAS, Jürgen. *Towards a Rational Society*. London, Heinemann, 1971.

⁹¹ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. *op. cit.* p. 328.

mesmas como a mais alta forma de racionalidade. Logo, a racionalidade instrumental, como resultado desse processo torna-se uma lógica para a interação simbólica, minimizando pois a esfera de ação desta última. Portanto, as questões relativas às metas da sociedade – as questões práticas – são reduzidas nas discussões públicas à condição de questões técnicas, ou seja, somente os padrões objetivos da ciência e da tecnologia tornam-se capazes de resolver os problemas dessa sociedade.

* * *

Tal como pudemos perceber ao longo de nossa exposição teórica e conceitual acerca da racionalização, existe uma enorme e muito importante contribuição dos autores da sociologia a essa temática. Dentre as correntes de pensamento por nós pesquisadas - dos autores clássicos do final do século XIX, até aos autores contemporâneos dessa sombria virada de milênio -, prevalecem basicamente três vertentes teóricas e conceituais: uma fundada no pensamento marxista, inaugurada e ocupada pelo próprio Marx; uma segunda, inaugurada pelo pensamento de Weber e compartilhada por seus seguidores weberianos e neo-weberianos, e o pensador clássico Mannheim; e, uma última, que funde essas duas correntes – marxismo e weberianismo – numa espécie de marxismo weberiano, e levada a cabo pelos pensadores da Escola de Frankfurt e seus sucessores.

Embora essas Escolas trilhem por caminhos diferentes, muitos são os pontos comuns nos quais os autores convergem. O principal e mais importante ponto de convergência, no nosso entender, que prevalece nas abordagens é a visão bastante negativa que os autores desenvolvem acerca do processo de racionalização. Todos os autores estudados concordam plenamente que o processo de racionalização tem efeitos extremamente danosos, não somente para o homem, bem como para toda a sociedade. Assim, Marx vê a racionalização como um processo que, além de se estabelecer como um meio e um elemento de repressão social, ela era em um certo sentido devastadora e destruidora das velhas tradições do homem. Além disso, acredita Marx, a racionalização tenderia a levar o homem rumo a sua própria alienação e a sua destruição econômica e social. Para Weber, o processo de

racionalização oriundo com o progressivo desencantamento do mundo estaria na ordem da gestação de um processo irracional, ou seja, a própria razão libertadora do homem da era das trevas do enclausuramento religioso estaria conduzindo os homens a criar uma irracionalidade que lhes seria bastante prejudicial e danosa. Esta seria vista nos termos de uma jaula de ferro da razão formal capitalista, na qual a própria razão que libertou o homem o enclausuraria nessa mesma, não lhe restando mais nenhuma saída. O homem perderia o sentido da vida e a sua própria autonomia e liberdade. Mannheim, compartilhando a visão de Weber, vê essa visão negativa da racionalização nos termos do desaparecimento de todas as ideologias e utopias do homem. O desencantamento do mundo desencadearia essa visão material e irracional, e o homem caminharia totalmente desprovido de fé e esperança para um horizonte futuro bastante nebuloso. Por fim, os teóricos frankfurtianos completam essa visão. Para eles, a racionalização ampliaria o processo da dominação capitalista sobre o homem, transformando-o num apêndice, numa engrenagem do sistema, padronizado e unidimensional em todos os seus aspectos.

Um segundo ponto de convergência dos autores pode ser visto na explicação das diferentes visões do fenômeno racionalizador. Aqui, as visões de Marx e Weber acerca do capitalismo enquanto fonte de geração de valor em nossa sociedade se encontram. Embora trilhando por caminhos, metodologias, teorias e conceitos totalmente distintos, ambos os autores vão convergir em um ponto comum: a teoria do valor marxista equipara-se à generalização da racionalidade instrumental weberiana. Como vimos, Marx e Weber encontram seu lugar comum, pois o movimento de avanço das forças produtivas equiparam-se à expansão da razão do homem, às forças cada vez mais independentes e autônomas em relação ao mundo da tradição e potenciais expoentes da razão instrumentalizada.

Marx via o processo de racionalização como o progresso das forças produtivas da sociedade, cujas formas dar-se-iam através da divisão do trabalho, da cooperação, do progresso técnico, da intensificação do trabalho, e da própria exclusão da força de trabalho dos processos produtivos. Com respeito à divisão do trabalho, Marx percebe a racionalização atuante nas formas social e técnica. Na divisão social do trabalho, ela atuaria no sentido de distribuir entre os homens as funções na produção das mercadorias e organizá-las para as suas conseqüentes trocas. Na divisão técnica do trabalho, a racionalização operaria no sentido de parcelar e simplificar as tarefas de modo a tornar o trabalho produtivo. No tocante à cooperação, vista por Marx como

uma das formas mais importantes para a produção de valor, a racionalização operaria no sentido de criar uma força coletiva de trabalho, de diminuir o custo da força humana de trabalho, do aumento da mais-valia relativa, e da transformação da eficácia do trabalho individual dos homens. Com o progresso técnico, a racionalização dar-se-ia com a suplantação do trabalho humano por aquele da máquina. Assim, ela estaria agindo no sentido de reduzir o custo da força de trabalho, aumentar a produtividade do trabalho, atuar como uma força propulsora de produção de mais-valia relativa, de subordinar o trabalho humano ao capital, além de naturalmente excluir a força de trabalho como forma de aumentar o controle sobre ela. Por outro lado, na intensificação do trabalho, Marx via que a racionalização atuaria com vistas a prolongar a jornada de trabalho, a condensar o trabalho, isto é, preencher os poros da jornada de trabalho que tornam o trabalhador livre, a modificar a forma de assalariamento para um sistema de pagamento de peças visando aumentar o controle individual do trabalho, além de atuar no sentido de mobilizar crescentemente a individualidade dos trabalhadores. Finalmente, na exclusão da força de trabalho, Marx observou que a racionalização aí atuava como forma de garantir o baixo preço da força de trabalho e aumentar sobre si o seu controle com a criação de um excedente suplementar de trabalhadores, um exército industrial de reserva. São essas formas, que no entender de Marx, vão tornar o trabalho produtivo, racionalizado e maximizador de valor para o capital.

De modo bastante diferente de Karl Marx, Max Weber via a racionalização como a generalização dos elementos componentes da razão ou da racionalidade formal/instrumental capitalista, aqui vistos em termos da calculabilidade, da previsibilidade, da eficiência, e do controle das ações individuais dos homens. Pela calculabilidade, tudo torna-se sujeito ao cálculo e a ação contábil racionais, e as ações humanas tendem a enfatizar a quantificação. Pela previsibilidade, tudo o que é imprevisto torna-se mensurável e maximizado, desencadeia uma ênfase na sistematização e na rotinização racional das ações humanas. Pela eficiência, toda ação individual é pensada racionalmente para a escolha ótima dos meios a um dado fim. Desse modo, ela é uma ação que se dirige sempre para maximizar o ganho. E, pelo controle, todas as ações são estritamente dirigidas de forma racional para a diminuição das incertezas, visando pois garantir a eficácia da ação. De acordo com Weber, é a difusão desses mecanismos instrumentais pelas esferas da vida que vão tornando o mundo progressivamente moderno ao longo do espaço e do tempo. Aos poucos essa

transformação tomará conta, também, da esfera do trabalho libertando-a de sua natureza mágica e metafísica, para convertê-la na mais importante atividade produtora de valor de nossa sociedade. Portanto, com o desenvolvimento dessa transformação o trabalho humano torna-se uma atividade racional de fim econômico e utilitário.

Um outro autor, Karl Mannheim, vai desenvolver a noção de racionalização em estrita concordância com a tradição weberiana. Ao substituir a noção de racionalidade formal/instrumental por aquelas de racionalidade substancial e racionalidade funcional, o autor vai perceber a racionalização como um processo bastante amplo de transformação dos comportamentos sociais. Assim, a racionalização é vista como um processo gradativo, tal como uma espiral ascendente que *evolui* através dos estágios da racionalização substancial, da racionalização funcional, da auto-racionalização, e, finalmente, da auto-transformação, que seria o nível último e mais elevado. A racionalização substancial atuaria, exclusivamente, no nível do pensamento humano, ao passo que a racionalização funcional agiria no nível da ação humana. Com o desenvolvimento desses dois tipos de racionalização, os indivíduos seriam, num primeiro momento, bastante afetados com a perda gradual de todas as suas ideologias e utopias. O homem se tornaria um ser social ausente de esclarecimento e vontade próprias, sem nenhum ideal, transformado em *coisa*. Em seguida com o processo de racionalização em avanço, o homem entraria na fase da auto-racionalização. Nessa, a racionalização ocasionaria o desenvolvimento, no próprio homem, de um tipo de autocontrole dos seus próprios impulsos de suas próprias ações. Uma vez realizada essa fase, a racionalização avançaria mais ainda no sentido de radicalmente transformar o homem. Nessa última fase, a racionalização agiria para uma forma completa de dominação mental do ser social em toda sua extensão e aspectos. É dessa forma pois, que Mannheim via a racionalização que se operava no capitalismo ocidental moderno, convertendo o homem a perder sua vontade e autonomia próprias e gradualmente ser incorporado aos ditames e vontades do capital.

No outro extremo, os teóricos da Escola de Frankfurt, incorporando de modo conjunto ambas as influências de Marx e Weber, vão perceber, nas suas diversas análises, a racionalização, principalmente aquela imposta pelo modo de produção capitalista, como um tipo bastante desenvolvido e refinado de dominação do homem pela razão desse sistema. Para esses autores, a ciência, uma das forças produtivas de nossa sociedade, desenvolve um tipo de racionalidade que acaba por dominá-lo

completamente. O homem torna-se massificado, dominado. A racionalização também impõe rígidas mudanças comportamentais, tornando-se unidimensionalizado aos interesses da razão capitalista dominadora, não lhe restando alternativas.

Por fim, uma outra convergência no pensamento dos autores deve ser destacada: ela refere-se a existência de uma racionalidade comum ao sistema capitalista. Todos os autores, sem nenhuma exceção, concordam haver um elemento norteador no capitalismo, que o conduz no tempo e no espaço e produz as suas orientações técnicas e estratégicas para a sua realização, isto é, sua valorização. Para Marx, uma racionalidade técnica e estratégica, para Weber uma racionalidade formal, para Mannheim, uma racionalidade funcional e, para os frankfurtianos, uma racionalidade instrumental.

É essa racionalidade, e as suas conseqüentes mutações qualitativas, as suas racionalizações últimas, que melhor descreveremos no capítulo seguinte.